

Regressão democrática na América Latina:

do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário

Josué Medeiros

Universidade Federal do Rio de Janeiro (BRA)

Esse artigo é dedicado a Eduardo Galeano e Gabriel Garcia Marquez, dois latino-americanos que nos ajudam a imaginar nossa identidade coletiva na América Latina.

Em abril de 2014, o uruguaio Eduardo Galeano esteve no Brasil e declarou – ao ser perguntado sobre seu livro mais vendido, *As Veias Abertas da América Latina* (1971) – que “não seria capaz de ler de novo. Cairia desmaiado”. Prossegue o ensaísta, falecido um ano depois, em abril de 2015, dizendo que “a prosa da esquerda tradicional é chatíssima. Meu físico não aguentaria. Seria internado no pronto-socorro”¹.

¹http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/04/cultura/1399232315_232658.html

A rejeição, na maturidade, à própria obra-prima também marcou a trajetória de Gabriel Garcia Márquez – romancista colombiano morto em abril de 2014 e ganhador do prêmio Nobel de literatura em 1982. No caso do “Gabo”, apelido carinhoso do escritor, havia algo mais que do que um simples desapego, era mesmo um verdadeiro ódio do autor ao seu livro de maior alcance, o clássico *Cem Anos de Solidão* (1967). Em entrevista concedida a um jornal espanhol, em 1991, republicada parcialmente quando ele morreu, Garcia Márquez resolve falar sobre o seu romance mais célebre, considerado o segundo mais importante da literatura hispânica pelo IV Congresso Internacional da Língua Espanhola, ocorrido em 2007, na Colômbia, atrás apenas de Dom Quixote.

Apesar dos prêmios, Gabo declarava que “Yo no reniego 'Cien años de soledad'. Me ocurre algo peor: la odio”. Ao explicar o porquê desse ódio, ele contava que

Antes, cuando era una persona normal y espontánea, quedaba con alguien para almorzar y bromeábamos de cualquier insignificancia y nos lo pasábamos estupendamente. Ahora, cuando llego a un restaurante, hay veinte personas esperándome, como si fuese una atracción de circo. Y no sólo eso: durante el transcurso de la comida esperan la frase inteligente, la ocurrencia magistral.

Márquez afirmou ainda, naquela ocasião, que tal sucesso não fazia sentido

Los críticos tratan de solemnizar y de encontrarle el pelo al huevo a una novela que dice muchas menos cosas de lo que ellos pretenden. Sus claves son simples, yo diría que elementales, con constantes guiños a mis amigos y conocidos, una complicidad que sólo ellos pueden entender².

Entre chaves simples e prosas chatas – existe uma anedota que atribui ao escritor argentino José Luís Borges a frase “com 50 anos, já dava

²<http://www.abc.es/cultura/libros/20140417/abci-garcia-marquez-odio-cien-201404172322.html>

para contar toda a história" para criticar a obra do colega colombiano³ – o fato é que a atual conjuntura política na América Latina parece contrariar Garcia Márquez e Galeano no desapego aos seus clássicos. Vivenciamos a substituição do ciclo político progressista (Soares Lima: 2008) por um ciclo político neoliberal e autoritário. Se aquele parecia confirmar a virtude e a necessidade dos nossos povos de produzir novas coordenadas simbólicas para além das veias abertas e dos muitos anos de solidão, este último repõe as dores e dramas que foram universalizados nestas (e em muitas outras) obras seminais.

O ciclo político progressista tem como primeiro marco a eleição, em 1998, de Hugo Chávez para presidente da Venezuela e se consolida com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2002, e de Nestor Kirchner, na Argentina, em 2003. Suas dinâmicas e processos se desenvolvem até 2013 mais ou menos, quando vários sinais de crise se apresentaram por todo lado. A partir de 2015, com a vitória de Mauricio Macri, na Argentina, a derrota de Nicolas Maduro nas eleições parlamentares da Venezuela e a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, abriu-se o ciclo político neoliberal, o qual buscaremos caracterizar mais adiante.

Não obstante, demarcaremos o começo e o fim do ciclo político progressista com processos eleitorais, seus sentidos transformadores foram profundos e ultrapassam em muito o calendário de votações. Gustavo Codas nos apresenta uma excelente sistematização desse alcance ampliado do ciclo político progressista, afirmando:

a emergência, na região, de um ciclo político diferente de tudo quanto foi visto em nossa era independente, no qual a busca de um novo papel no cenário mundial e na divisão internacional do trabalho são não apenas discursos ou intenções, mas se concretizam em mudanças reais (2013: 3).

3 <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/05/1880597-50-anos-bastavam-teria-dito-borges-sobre-cem-anos-de-solidao.shtml>

Codas recupera o processo de resistência e de superação do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O autor relembra a realização da Cúpula das Américas, em Quebec (Canadá), em 2001. Naquele momento

O governo dos Estados Unidos parecia já tocar com a ponta dos dedos a realização do projeto pan-americanista que lançara ainda no final do século XIX e que, cem anos depois, na década de 1990, havia encontrado terreno fértil numa região com governos sob hegemonia neoliberal e já despojados de qualquer veleidade de desenvolvimento com soberania. (2013:3)

O autor destaca que, em 2001, apenas Chávez “aproximou-se ‘do lado de fora’, dos movimentos contestatários, para prestar sua solidariedade” e, mais importante, “colocou, ‘do lado de dentro’ da reunião oficial, objeções ao acordo que vinha sendo negociado desde meados da década anterior”. Quatro anos depois, prossegue Codas, o quadro se alterara radicalmente. A Cúpula das Américas de 2005, em Mar del Plata, na Argentina, “enterra definitivamente as negociações da ALCA, um tema que sai da agenda hemisférica” (2013:3) ao ser recusada pelos principais governos do continente.

Enfim, o ciclo político progressista consistiu em um inédito processo de afirmação soberana, que hoje é deixado no passado, em um contexto no qual Brasil e Argentina buscam se inserir subalternamente em arranjos geopolíticos hegemônicos pelos países do Norte, tais como a tentativa brasileira de aderir à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴ ou o pleito argentino para fazer parte da Aliança para o Pacífico em detrimento do Mercosul⁵.

É verdade que a América Latina mudou muito desde a publicação dos dois livros; e mesmo desde o momento em que as duas obras tornaram-

⁴<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-05/brasil-formaliza-pedido-de-adesao-ocde>

⁵<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,macri-comeca-aproximacao-com-o-pacifico,10000057220>

se obrigatórias para o pensamento crítico dos nossos povos: nossa urbanização está consolidada, com suas contraditórias e ricas dinâmicas sociais e políticas totalmente ativadas; nossa democracia apresentou, até aqui, um grau de continuidade jamais alcançado, e é nesse quadro que as novas gerações de latino-americanos estão a sonhar e fazer identidades coletivas que não cabem mais nos símbolos consagrados pelos dois escritores.

A despeito dessa América Latina viva que floresce no século XXI, existem estruturas mesquinhas que teimam em sobreviver e que lançam suas sombras sobre os povos do nosso continente, inibindo o crescimento dos nossos melhores frutos. Desigualdade e violência que parecem atualizar – e mesmo eternizar – as imagens que marcam a identidade latino-americana extraída dos clássicos de Galeano e Garcia Márquez, ainda que contra a vontade (estética e política) de ambos.

Muitas dessas estruturas estão na raiz das recentes quedas presidenciais em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) e que ameaçam a democracia, os direitos e os povos em toda a região. Não convém ignorá-las, portanto. Entretanto, o que parece repetição do trágico destino colonial que nos marcou, latino-americanos, até o século XX, é também muito mais que isso, pois existem dimensões conjunturais atualíssimas e tendências de longo prazo que ultrapassam os sentidos da mera reposição do passado. Conforma-se, portanto, um novo ciclo político na América Latina que atualiza estruturas pregressas, reforça tendências futuras e que apresenta dinâmicas conjunturais nas quais as quedas presidenciais são um dos elementos a serem destacados.

Buscaremos argumentar, na segunda parte deste artigo, qual é a natureza desse ciclo político neoliberal e autoritário. Antes, na primeira parte, o objetivo é conceituar o que é um ciclo político, de modo a fornecer

patamares comuns para avaliar situações políticas, econômicas e sociais que atravessam vários países de uma mesma região.

O conceito de ciclo político

São muitos os desafios de analisar as recentes quedas presidenciais na América Latina. São todas elas resultados de crises políticas agudas em seus respectivos países, situações em que a conjuntura avança com velocidade, quando é grande (muitas vezes irresistível) a tentação de encerrar as análises nas dinâmicas internas e na chave dos eventos de curto prazo – por exemplo, a inabilidade da/do presidenta/e ou algum tipo de ação externa da potência imperialista. Outra tentação que decorre da intensa lógica endógena de cada nação é a da extrema especialização de cada situação, como se não fosse possível encontrar elementos comuns a todos – ou a maioria – dos países.

É preciso inserir, contudo, as específicas conjunturas em uma dinâmica mais geral dos conflitos de classe na América Latina, qual seja, a das disputas pelos sentidos do desenvolvimento capitalista no continente. É fundamental identificar e analisar as “linhas de força” (Domingues, 2017: 7) que informam a política latino-americana. Somente assim poderemos inserir outros processos em curso na região no mesmo contexto político das quedas presidenciais de Manuel Zelaya, em 2009, em Honduras; de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012 e de Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil.

Entre outros, pensamos na já referida vitória de Macri nas eleições presidenciais argentinas de 2015 e na derrota de Evo Morales no referendo de 2016, que perguntou à população boliviana se o presidente poderia tentar uma nova reeleição. No mesmo sentido, é apenas investigando as tendências gerais que atravessam a maioria os países da América Latina que é possível compreender as dinâmicas políticas mais recentes, tais como a vitória de Pinera nas eleições presidenciais chilenas em dezembro de 2017 e a derrota

de Rafael Correa no plebiscito equatoriano em fevereiro de 2018, bem como aquelas situações cujo conflito se exacerba (pré-guerra civil, ameaça de intervenção externa dos EUA) sem que o equilíbrio de forças se altere, tal como verificamos na Venezuela, onde chavismo e oposição alternam vitórias e derrotas: primeiro, a apertada vitória de Maduro na disputa do cargo máximo da República Bolivariana, em abril de 2013; em seguida, a acachapante supremacia da oposição nas eleições legislativas de dezembro de 2015; e mais recentemente, o novo triunfo governista nas eleições regionais em outubro de 2017. Ademais, o método de ampliar o olhar sobre as especificidades nacionais para inseri-las em dinâmicas mais amplas e estruturais é fundamental para entendermos as crises nas esquerdas do continente, que se manifestam nas cisões entre o atual presidente do Equador, Lênin Moreno, e seu antecessor, Rafael Correa, e mesmo na recente denúncia de corrupção que levou Raul Sendic a renunciar do posto de vice-presidente do Uruguai.

Por fim, constituir uma reflexão a partir da dialética entre conjuntura e estrutura é condição para avaliarmos corretamente os processos que parecem significar uma continuidade do ciclo político progressista, em especial as eleições de Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2015; de Daniel Ortega na Nicarágua, em 2016; de Lênin Moreno no Equador, em 2017. Proceder da maneira que estamos defendendo nestas páginas nos ajudará a qualificar esses resultados enquanto tendências que estão em vias de superação e que se constituem como dimensões de resistência ao novo contexto do ciclo político neoliberal, certamente mais desfavorável para as classes subalternas do que o ciclo político anterior.

Daí vem a importância do conceito de ciclo político, que em geral já é amplamente usado nas análises sobre política internacional. Trata-se de uma categoria bastante útil para que possamos apreender situações de correlação de força e de tendências de longo prazo que se repetem em vários países de uma mesma região que pode nos ajudar também – quer na análise

sobre as dinâmicas políticas internas a uma nação específica, quer nas reflexões sobre a geopolítica internacional como um todo.

Na introdução da coletânea de artigos sobre a esquerda europeia intitulada “Mapa da esquerda na Europa Ocidental”, Perry Anderson identifica, para a Europa central e a do Norte, o advento de um ciclo político socialdemocrata no pós-2ª Guerra Mundial, alicerçado na “edificação de *welfare states*, com pleno emprego e amplos serviços sociais” (Anderson, 1994: 10). Ele fala de um ciclo de 30 anos e finalmente, na metade da década de 1970, “pela primeira e única vez na história do pós-guerra, havia primeiros ministros socialdemocratas em todos os Estados da região: Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia” (Idem). O auge marcou o começo do declínio, pois como afirma Anderson,

Esmoreceram as condições econômicas subjacentes ao sucesso do reformismo do Norte. (...) Ficou claro que a economia capitalista mundial estava caminhando um longo declínio. Na nova conjuntura, a socialdemocracia não carecia apenas de políticas eficazes para enfrentar a crise. Ela se viu associada à própria crise, quando o ressurgimento ideológico do monetarismo escolheu os gastos estatais excessivos e os sindicatos superpoderosos como as causas-chaves da estagflação. (1994: 10-11).

Com relação à América do Sul, Maria Regina Soares Lima nos mostra que os ciclos políticos se dão de modo integrado, ora de modo subordinado, ora com tensões que buscam abrir caminhos autônomos aos ciclos políticos originados e protagonizados pelas potências globais. Assim, enquanto a Europa e os EUA viviam o que ela chama de “consenso socialdemocrata” (Soares Lima, 2008: 5); na América Latina, imperava o “ciclo autoritário” que se estende de 1954 (Guatemala) até o fim dos anos 1970 – ciclo esse sustentado pelos EUA no contexto da Guerra Fria justamente para evitar que qualquer tipo de dinâmica progressista se consolidasse nos países latino-americanos, possibilidade que se mostrava concreta para os povos da região.

Quando passamos para o ciclo político da redemocratização latino-americana na década de 1980, o quadro no Norte global verificava uma alteração profunda:

As forças sociais representantes dos interesses do grande capital industrial e financeiro e seus aliados políticos reagiram ao consenso socialdemocrata - erigido no pós Segunda Guerra em resposta ao colapso do liberalismo clássico - restaurando um ordenamento orientado para o mercado em muito semelhante aquele que havia entrado em colapso nos anos 30 (Soares Lima, 2008: 5).

Nossa transição à democracia se deu, desta forma, subordinada à hegemonia neoliberal, resultando em um “novo ordenamento” político, jurídico e institucional que “seguiu de perto os preceitos do Consenso de Washington, cujas recomendações estavam centradas na abertura comercial, liberalização financeira, desregulamentação, privatização, redução estado empresário e equilíbrio fiscal” (Soares Lima, 2008: 5).

O quadro só se altera no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, com a série de vitórias “dos governos progressistas, definidos de forma esquemática como aqueles originários de partidos de esquerda” e que devem sua emergência ao “impasse, em algumas situações, falência mesmo, daqueles experimentos neoliberais dos anos 1990” (Soares Lima, 2008: 5-6).

Uma vez identificados os diferentes ciclos políticos – seja na Europa, seja na América Latina, que de fato interessa ao presente artigo – trata-se então de avançar em uma definição conceitual do que é um ciclo político, o que faremos destacando três das características mais gerais que, acreditamos, estão acima das diferenças conjunturais que cada ciclo apresenta em comparação com o outro. São elas a multiplicidade dos tempos históricos (i); a articulação dialética entre conjuntura e estrutura (ii); as várias dimensões políticas e sociais que, juntas, formam um ciclo político, tais como as lutas, as eleições, as formas de ação coletiva daquele

determinado período, as questões programáticas que são mobilizadas por cada nova geração (iii).

A primeira característica fundamental é, então, a questão da temporalidade histórica. Anderson destaca o aspecto mais duradouro desse tipo de ciclo em comparação com as contingências eleitorais:

Os ciclos eleitorais vão e vêm. (...). Continuará a haver governos conduzidos por partidos socialdemocratas (...) e futuras eleições serão ganhas por eles. (...). Mas há uma crise subjacente, cujo sentido é inequívoco. Ela não foi aliviada, mas agravada, pelo colapso do comunismo na Europa Oriental. (...). O triunfo ideológico do mercado foi tão completo no Leste que ricocheteou contra qualquer uso do Estado para a regulação econômica ou a previdência social no Ocidente (Anderson, 1994: 15).

Maria Regina Soares Lima ressalta que o ciclo político progressista na América do Sul “só pode ser entendido de forma plena quando se leva em conta movimentos profundos no sistema internacional e na própria região que se observaram no final do século e início do novo milênio” (2008: 6). Que movimentos são esses? A autora destaca dois – e em ambos sobressai a questão do tempo histórico que se prolonga: “O primeiro deles, por sua abrangência sistêmica, é a expansão territorial do capitalismo e a configuração de um capitalismo realmente global” (Soares Lima, 2008: 6). Complementando os processos mais gerais e estruturais que informam os ciclos políticos, vem “o segundo movimento que se alastrou nos anos 1990 foi a crise dos governos autoritários e as bem-sucedidas transições democráticas nos países do Sul e no Leste Europeus” (Soares Lima, 2008: 7).

Podemos inferir, portanto, que os ciclos políticos só podem ser adequadamente compreendidos a partir da multiplicidade dos tempos históricos tal qual formulou o historiador francês Fernand Braudel. Membro da influente Escola dos Annales e por muito tempo seu diretor, Braudel é autor de uma das mais significativas contribuições que essa escola deu à teoria social (Burke, 1990: 54).

A primeira contribuição que o pensamento de Braudel traz a este artigo consiste em sua constante militância pela derrubada das fronteiras que cindem os diversos domínios das ciências humanas. Segundo o historiador francês, “há uma crise geral das ciências do homem: estão todas esmagadas sob seus próprios progressos” (Braudel, 1978: 41). Ele vai além e diz que “cada ciência social é imperialista” quando apresenta “suas conclusões como uma visão global do homem” quando são, na verdade, “visões particulares” (Braudel, 1978: 80). A segunda e principal contribuição está na formação de “uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo” (Braudel, 1978:44). De acordo com Braudel,

A história se situa em três patamares diferentes, mas isto é modo de falar, muito simplista. São dez, cem patamares que seria preciso pôr em pauta, dez, cem durações diversas. Na superfície uma história factual se inscreve no tempo curto: é uma micro-história. A meia encosta, uma história conjuntural, segue um ritmo mais lento. (...). Para além desse recitativo da conjuntura, a história estrutural ou de longa duração coloca em jogo séculos inteiros; está no limite do móvel e do imóvel e por seus valores fixos, há muito tempo, faz figura de invariante em face de outras histórias, mais vivas a se escoar, a se consumir e que, em suma, gravitam em torno dela”. (Braudel, 1978:105).

Os ciclos políticos condensam essa multiplicidade dos tempos e, a partir delas, vem a segunda característica fundamental de um ciclo político, a saber, a articulação dialética entre liberdade e necessidade, entre agência e determinação, entre conjuntura e estrutura. Soares Lima e Anderson destacam a importância dos eventos eleitorais e políticos mais imediatos para entender a emergência e o caso dos ciclos. Há, nas duas análises, um espaço importante para a agência. Soares Lima demarca que é preciso recusar a ideia de que a sucessão dos ciclos políticos na América Latina “foi um processo evolutivo natural”, entendendo que tal sequência “dependeu fundamentalmente das escolhas e decisões tomadas pelos agentes públicos e privados” em cada sociedade (Soares Lima, 2008: 6). Anderson afirma que “os partidos são vistos como atores coletivos, que fazem suas escolhas”

cujas trajetórias não podem ser reduzidas “a algum destino predeterminado” e que “o retrospecto histórico mostra possibilidades que não se realizaram, oportunidades perdidas tanto quanto erros evitados” (Anderson, 1994: 17).

Não obstante, os autores não recaem em uma análise voluntarista, a qual despreza as estruturas – isto é, a longa duração braudeliana. Para Soares Lima, o ciclo político progressista é fruto de escolhas políticas feitas a partir de bases estruturais tais como a expansão do capitalismo enquanto sistema mundo, o fim da guerra fria e a constituição de uma nova ordem mundial e a crise do neoliberalismo, projeto político e valorativo hegemônico dos processos estruturais que ela identifica. Em suas palavras,

a emergência dos governos de esquerda na América do Sul, suscitada pela falência dos experimentos neoliberais anteriores, deve ser entendida levando-se em conta as profundas transformações na economia política do capitalismo e na geopolítica global, bem como as transformações políticas e econômicas regionais, ressaltando-se entre elas o vigor da onda de democratização política em curso. (Soares Lima, 2008: 8).

Por seu turno, Anderson (1994: 20-22) aponta características estruturais do capitalismo mais avançado como decisivas para o ciclo político neoliberal na Europa, cujas manifestações na América Latina devem ser investigadas, pois são características incontornáveis caso a socialdemocracia (ou o progressismo latino-americano) almeje reconstituir um ciclo político sob sua hegemonia.

Segundo o autor, trata-se, principalmente, da nova configuração da classe trabalhadora, mais heterogênea do que o grosso do proletariado industrial que se constituiu entre os anos 1950 e 1970. São cinco as dinâmicas sócio-políticas estruturais que, na análise de Anderson, diversificaram a classe trabalhadora europeia: gênero (mais feminina), idade, etnia (migração das ex-colônias), composição profissional (predominância do setor terciário/serviços sobre o secundário/indústria) e diferentes formas de pertencimento ao Estado do Bem-Estar (consolidação do desemprego estrutural e da informalidade sistêmica). “O resultado foi

uma polarização social do próprio operariado manual, com crescentes conflitos de interesse entre seus grupos mais desprotegidos e os mais privilegiados” (Anderson, 1994: 21).

Em suma, recorrendo novamente a uma passagem de José Mauricio Domingues, trata-se de operar a necessária e urgente investigação sobre as recentes quedas presidenciais na América Latina em um quadro analítico que incorpora “avaliações substantivas da conjuntura” com a “busca de processos de mais longo prazo, com compromissos conceituais sistemáticos em muitos momentos, culminando com uma discussão sobre *tendências de desenvolvimento*” (Domingues, 2017: 8, grifos do autor). Ao fazermos isso, podemos dar substância ao diagnóstico de que a América Latina vive um novo ciclo político, que passaremos a caracterizar na próxima seção.

A terceira característica conceitual dos ciclos políticos que precisa ser destacada é a existência de múltiplas dimensões sociais e políticas em cada período, tais como os ciclos eleitorais – ou os ciclos de luta que emergem dos conflitos de longo prazo – e também os ciclos organizativos e programáticos das classes sociais em movimento e disputa, que geralmente estão ligados à entrada na cena política de novas gerações, com suas próprias demandas e subjetividades.

José Mauricio Domingues apresenta sobre o Brasil pós-golpe de 2016 um tipo de reflexão que podemos estender para o conjunto da América Latina na medida em que dela é possível extrair elementos importantes para conceituar essa terceira características dos ciclos políticos. Diz o sociólogo que “o Brasil vive conjuntura particularmente complexa por se encontrar em um momento em que os finais de vários ciclos se cruzam e se sobredeterminam” (Domingues, 2017: 42). O primeiro é o ciclo da redemocratização, iniciado nos anos 1970 com a anistia e as greves e que se desenvolve na década de 1980: “as energias mobilizadas naqueles tempos já não existem, os quadros que as teceram envelheceram, algumas de suas

ideias se concretizaram, muitas foram abandonadas, as formas de organização que engendraram se encarquilharam ou se mancharam”. (Domingues, 2017: 43).

O segundo ciclo que se esgota no Brasil é o “da absoluta e incontestada hegemonia do PT na esquerda brasileira” (Domingues, 2017: 43), ciclo que tem como marco as primeiras eleições presidenciais de 1989, quando as forças políticas e sociais que produziram a redemocratização apresentaram cinco candidatos diferentes (Lula pelo PT, Brizola pelo PDT, Ulisses pelo PMDB, Roberto Freire pelo PCB e Mário Covas pelo PSDB). Como é sabido, Lula foi quem conseguiu ir para o segundo turno enfrentando os setores mais identificados com o bloco histórico de poder das classes dominantes. Embora derrotado, a maior liderança operária do Brasil consolidou-se, naquela quadra, como principal liderança da esquerda brasileira (o mesmo valendo para o seu partido).

Coincide com o crescente esgotamento da hegemonia petista na esquerda o fim do ciclo eleitoral do lulismo, tal como foi definido por Singer, baseado em um reformismo fraco e na composição de uma nova base social para o PT, naquilo que o autor chama de “resolução da questão setentrional” brasileira, com a aliança entre os pobres do Norte e Nordeste com o sindicalismo organizado pelo PT, ambos referenciados em Lula (Singer, 2012: 40). Mas vai além da questão eleitoral, conforme os questionamentos que Domingues apresenta ao PT: “será o partido capaz de se renovar? Manterá sua unidade? Será capaz, ao tentar se reencontrar, de superar o pragmatismo, mas igualmente a ideia equívoca de que basta voltar a suas feições dos anos 1980 para encontrar seu rumo?” (Domingues, 2017: 54).

A definição dessa terceira característica dos ciclos políticos não será completa sem levar em conta os ciclos de lutas que marcam cada período. As energias de um determinado ciclo político são produzidas, em

grande parte (e primeiramente), pelas lutas sociais que se organizam – quer na resistência ao ciclo anterior que será substituído, quer antecipando tendências programáticas e organizativas que serão parte do ciclo futuro. Novas agendas e novas formas de ação coletiva, ou ainda a atualização de questões e métodos de ação que já existiam antes, aparecem com força na cena política e precisam ser levados em conta. De acordo com Domingues, ainda para o Brasil pós-golpe, “novos movimentos sociais e certa renovação de alguns dos mais tradicionais se apresentam” e noções como desenvolvimento sustentável e horizontalidade ganham centralidade inexistente nos ciclos anteriores (Domingues, 2017: 55-60).

O foco, nesse texto, não é aprofundar uma análise sobre o quadro brasileiro, que vem à tona somente para nos ajudar a conceituar o que é um ciclo político – algo que consideramos importante para aprimorar nosso entendimento sobre o atual contexto latino-americano mais geral de um ciclo político neoliberal e autoritário no qual se inserem as recentes quedas presidenciais no continente.

De sorte que é fértil pensar de modo análogo ao que Domingues apresentou sobre o Brasil para os demais países latino-americanos. Assim, podemos identificar que as energias da redemocratização se esgotam não só no Brasil, mas em toda a região. Isso gera tanto novos ciclos de lutas e de movimentos sociais (Bringel e Pleyers: 2017) como novos ciclos eleitorais e novas configurações da esquerda – o fim da Concertacion e a emergência da Frente Ampla, no Chile; crise do PT no Brasil; crise do chavismo na Venezuela – todas tendências que convergem para a identificação deste novo ciclo político neoliberal e autoritário na América Latina, cujos sentidos, tendências e conteúdos tentaremos estabelecer na próxima seção do presente artigo.

Ciclo progressista versus novo ciclo neoliberal

Paralelo à constituição e consolidação do novo ciclo político progressista na América Latina, instaurou-se um debate intelectual de vulto nas esquerdas e na intelectualidade sobre o caráter dessas experiências de governo. Afinal, é um fato reconhecido por todos que os governos progressistas não romperam em definitivo com os preceitos do ciclo político neoliberal e, ao mesmo tempo, não o seguiram ao pé da letra, em uma dinâmica pendular de continuidades e descontinuidades que estimula a polêmica e a polissemia sobre tais processos.

Entendemos que o conceito de ciclo político, tal como procuramos definir na seção anterior, ajuda-nos a buscar soluções para esse intenso debate. Afinal, na medida em que ele contempla o tempo da longa duração e a ação das estruturas, podemos entender que a expectativa de ruptura radical com o neoliberalismo já nasce frustrada, pois se trata de empreitada que em muito ultrapassa o alcance de governos eleitos em uma região periférica do capitalismo. Ademais, uma vez que o conceito de ciclo político valoriza a agência e as demais temporalidades, organizando as várias dimensões políticas e sociais – estatais, societais, organizativas, programáticas, geracionais – em um mesmo quadro analítico, podemos encontrar as diferenças estratégicas que marcam cada período e que nos permitem caracterizar um ciclo político específico em que pese a continuidade das dinâmicas estruturais.

É justamente por isso que insistimos em afirmar que, nos primeiros quinze anos do século XXI, a América Latina viveu um ciclo político progressista distinto do ciclo político neoliberal da redemocratização (anos 1980 e 1990) e também do atual ciclo político neoliberal e autoritário, não obstante as ambiguidades e contradições que marcaram os governos progressistas – muitas das quais são cruciais para explicar a própria substituição daquelas experiências progressistas pela presente onda de

governos de direita escolhidos pelo voto popular ou ilegitimamente empossados depois da derrubada de presidentes eleitos.

Soares Lima e Coutinho resumem essa dinâmica enfatizando, como já destacamos na seção anterior, a inserção do ciclo progressista em estruturas que limitam o campo da ação. Assim, para os autores, essas experiências se dão nos marcos de “dois movimentos estruturais” de maior escala, a saber, “a liberalização econômica, com suas privatizações, desregulamentações, choques de abertura comercial e demais ajustes” e, ao mesmo tempo, “a democratização política, expressa nos aumentos da liberdade e da participação política” (Soares Lima e Coutinho, 2007: 11). Por conta disso,

se a tentativa de recuperação do Estado é um dos traços que se sobressaem nos anos pós-Consenso de Washington, então essa tentativa não significa exatamente um retorno ao passado, ao paradigma nacional-desenvolvimentista, ou ao burocrático-autoritário, mas, sim, no âmbito doméstico, uma coordenação política mais eficiente do Estado no que se refere aos valores e ao conflito de interesses contemporâneos que antagonizam diferentes setores do mercado e segmentos populares (...). A busca de uma convergência nas relações que envolvem os processos de democratização política e liberalização econômica se traduz, de forma dinâmica, em pontos ideais entre as preferências capitalistas e os anseios dos menos favorecidos. Evitar que a interação dessas partes se torne um jogo de soma negativa, ou de soma zero, é provavelmente o maior desafio das democracias da região no novo século, tendo em vista a constatação de que não se vislumbra saída para o desenvolvimento que não passe pelo mercado, como tampouco pode haver democracia sem as ruas livres e ativas. (Soares Lima e Coutinho, 2007: 16).

Em diapasão semelhante, Fabrício Pereira da Silva oferece um quadro que sistematiza as escolhas feitas pelas esquerdas latino-americanas, inserindo-as em uma análise mais geral do processo político e histórico da região:

um contexto mais favorável historicamente de estendida manutenção das democracias da região nas últimas duas ou três décadas, e de superação do bloqueio gerado pela Guerra Fria, essas esquerdas chegaram ao poder por uma combinação de adaptação organizativa, conferindo-lhe mais fluidez e

flexibilidade; ampliação de suas propostas ideológicas e “público-alvo”, conferindo-lhe maior amplitude programática e novas tradições; aceitação de valores democráticos básicos, e em alguns casos acúmulos eleitorais; e a preservação ao longo da década anterior de um núcleo oposicionista e programático bem delimitado e claro, a oposição às políticas neoliberais (Pereira da Silva, 2014:4)

Isso posto, entendemos que a intensa polêmica interpretativa sobre os governos progressistas divide-se em três blocos de questões. Primeiro, a ideia de que não houve grandes mudanças, mas sim continuidade neoliberal na maior parte da região. Novamente seguimos com Soares Lima e Coutinho e com Pereira da Silva nas análises que eles apresentam sobre esse ponto. Quanto aos primeiros, embora reconheçam que “as mudanças não implicam obrigatoriamente rupturas radicais”, insistem que o ciclo político progressista altera sim o quadro de ação dos Estados-Nação na região rumo a direções que não cabiam no ciclo político anterior, quando a redemocratização foi feita sob hegemonia neoliberal. Afirmam os autores, sobre os governos progressistas, que “cada um a seu modo reexamina privatizações, aberturas comerciais, reformas previdenciárias e trabalhistas, de modo bastante pragmático na maioria das vezes. Alguns países também reveem seu passado autoritário” (Soares Lima e Coutinho, 2007: 17).

Pereira da Silva, por seu turno, congrega quatro eixos analíticos nos quais os governos progressistas apresentaram mudanças substanciais que nos permitem caracterizá-los como experiências distintas daquelas que os precederam. São eles “papel do Estado; da ênfase e redesenho das políticas sociais; da participação social no governo; dos organismos de integração regional” (2014: 6). Em todas elas, o que podemos verificar, ainda segundo o autor, é que – não obstante apresentarem “matizes variados de acordo com o tema avaliado e com o governo” – há um ponto de unidade no fato de que “houve mudanças, em alguns casos de grau, em outros de abandono de paradigmas (ainda que sem grande clareza do que estaria substituindo-os)” algumas das quais com “relativo sucesso (redução da pobreza e desigualdade notoriamente)” (2014:18).

A segunda ordem de debates é consequência dessa primeira polêmica, uma vez que a despeito de integrar o conjunto das experiências progressistas em um único ciclo político, faz-se mister diferenciar as dinâmicas nacionais, sobretudo porque elas apresentam, de fato, significativas variações e distinções. Existiriam, assim, dois polos, um de transformações radicais – liderado pela Venezuela – e outro de mudanças moderadas ou mesmo de continuidade do neoliberalismo, com o Brasil à testa. Soares Lima e Coutinho identificam essa polarização para imediatamente recusá-la, sempre ressaltando a característica da ambiguidade e das mediações entre agência e estrutura:

Verifica-se certa tendência, na literatura especializada e na mídia em geral, em avaliar estes movimentos de mudança em termos de oposições duais: fragmentação e integração; democracias representativas e neopopulismos; disputa pela liderança regional entre Chávez e Lula. (...). Este tipo de abordagem analítica oculta aquilo que há de novo e diferente em relação à década passada. Por exemplo, que há mais diversidade nos experimentos democráticos em curso na região e que podemos estar diante de inovações nos modelos democráticos antes impensáveis de ocorrerem no interior da área de influência dos Estados Unidos. Que apesar das acusações de “chavismo”, “nacionalismo”, “neopopulismo” e outros “ismos” a serem inventados de acordo com a conveniências dos setores dominantes, o capitalismo nunca foi tão florescente na região quanto hoje. A globalização pode ter contribuído para a crise do modelo de economia fechada e comandado pelo Estado, mas seu sucessor na América do Sul certamente não é o Estado liberal, dos livros-textos de Economia. Ao contrário, o que parece estar em curso é a consolidação de uma ordem capitalista coordenada pelo Estado, seguindo a mesma tendência que estaria ocorrendo nas economias maduras em resposta às crescentes incertezas e à escala necessária dos investimentos, na era da globalização (Soares Lima e Coutinho, 2007: 27-28).

Tal análise pode ser complementada pela diferenciação que Pereira da Silva faz entre as nações que apresentam um quadro de “crise orgânica” (com elementos políticos, sociais, culturais, econômicos) e aqueles em que se verificam “insuficiências do modelo neoliberal”. Para o cientista político, estas últimas estão presentes em toda a região, porém – em alguns países – há “uma situação de empate catastrófico”, na qual há uma “decomposição

mais radical da hegemonia expressada anteriormente” devido ao “esgotamento de formas de organização estatal, dominação social, baixa inclusão político-social e monopólio partidário”. Assim, “temporariamente, as forças em disputa não conseguem se impor e construir uma nova hegemonia”, o que teve como resultado a formação de governos de propostas mais radicalizadas, que procuram ser “refundadores” de suas sociedades e Estados, diferente daqueles casos em que a derrocada neoliberal não se converte em crise orgânica, quando então se formam governos “*renovadores* de políticas públicas e defensores de novas ênfases” (2014: 5)

Da consolidação da ordem capitalista decorre o terceiro conjunto de polêmicas, qual seja, o debate sobre o subimperialismo brasileiro na região como o elemento definidor do ciclo político então em curso. Os que defendem essa perspectiva baseiam-se na obra de Ruy Mauro Marini, que formulou o conceito de subimperialismo ao analisar a ação do Brasil durante a ditadura militar. Coube a Gustavo Codas organizar a posição de recusa a essa visão, com a qual nos afinamos:

Além de toda analogia histórica em circunstâncias tão diversas em geral distrair mais do que explicar, é bastante óbvio que Marini se referia a “outro Brasil”. Para colocar apenas dois aspectos econômicos da discussão: ele fazia referência a um esquema no qual a superexploração da mão de obra assalariada era a tônica, enquanto que os anos 2000 têm sido no Brasil os da formalização do mercado de trabalho, da melhora substancial do salário mínimo, dos aumentos reais de salários nas negociações coletivas etc. No esquema anterior, o Brasil tenderia a reproduzir com seus vizinhos a mesma relação de comprador de matérias primas e exportador de manufaturas que o imperialismo teve com sua periferia. Já o que se tem visto na política exterior dos governos petistas foi o incentivo à industrialização de seus vizinhos, ligando-os a suas cadeias produtivas ou demandando deles produtos manufaturados. (...). Dificilmente possa se considerar que os mornos arroubos de autonomia em relação ao imperialismo americano da ditadura militar (ao reconhecer os governos revolucionários resultantes dos processos de descolonização da África e o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha na década de 1970) podem ser equiparados à política exterior de consolidação do Mercosul com a Venezuela, de constituição da UNASUL e da CELAC, para citar alguns marcos do período presente. O Brasil não parece o

sub-imperialismo dos estudos de Marini nos anos 1970; é outra coisa, e é isso o que deve ser analisado e estudado. (Codas, 2013: 10).

Filiamos-nos, pois, ao conjunto de interpretações que afirmam a existência de um ciclo progressista distinto do ciclo político neoliberal da redemocratização. Queremos, contudo, avançar para além do balanço desse passado recente, a fim de identificar as tendências futuras que se abrem com o novo ciclo político neoliberal. Em qualquer dos casos (isto é, seja para diferenciar o ciclo político progressista do ciclo neoliberal anterior, seja para compreender o atual ciclo político neoliberal) é fundamental definir o que é neoliberalismo, para então produzir as cartografias políticas do ciclo progressista e do atual ciclo que o substitui.

Não se trata de tarefa acessória ou supérflua. Todavia exista um consenso histórico com relação ao fenômeno da hegemonia neoliberal - há um acordo com relação à visão de que tal conjunto de ideias e propostas surgiu no pós-guerra 2ª Guerra (propondo resistência ao Estado de Bem-Estar Social) e permaneceu incubado por três décadas, tendo na ditadura de Pinochet, no Chile, iniciada em 1973, a sua primeira chance de se traduzir em práticas estatais concretas, para depois, ao fim dos anos 1970, tomar de assalto a cena política enquanto resposta global para crise do capitalismo (Anderson: 1995) – existem vários ângulos de entrada no exame do neoliberalismo.

Um deles, importante e crescentemente mobilizado nas ciências sociais, é aquele elaborado pelo filósofo francês Michel Foucault, cujos alicerces residem na noção de biopolítica. Trata-se de um tipo de reflexão que investe na questão do neoliberalismo enquanto produtor de novos tipos de subjetividade, para além das políticas de Estado, avançando para um modo próprio de governo da vida, um tipo de poder que “conduz a conduta dos homens” e que Foucault propôs chamar de “governamentalidade” (Foucault, 2008: 257-258.). Trata-se, de acordo com Gabriel Cohn, de um

tipo de racionalidade entendida não na chave das políticas públicas, mas enquanto forma de pensar que legitima, condiciona e produz a ação (2003:7). Desde essa perspectiva, organizam-se correntes interpretativas que pensam o neoliberalismo enquanto processo de desdemocratização (Dardot e Laval: 2016) ou de marcos que definem, por exemplo, quais vidas merecem ser vividas e quais não merecem (Butler: 2011), entre outras chaves possíveis.

O ângulo que optamos aqui será outro, e tem na questão de classe sua dimensão explicativa fundamental. Partimos da definição de neoliberalismo elaborada por David Harvey em seu livro “O Neoliberalismo: história e implicações”, em que ele começa falando que o neoliberalismo é

Em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (Harvey, 2008: 11)

Harvey argumenta que esse “primeiro lugar” é apenas o ponto de partida, a superfície de um processo político, econômico e social mais profundo, cujo sentido estratégico principal foi derrotar o Estado de Bem Estar Social e de se constituir enquanto “um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, 2008: 27, grifos do autor).

O geógrafo marxista defende ainda que o neoliberalismo não foi tão exitoso com relação ao primeiro objetivo – restabelecer a acumulação de capital – mas que foi extremamente vitorioso no segundo, o de restaurar o poder político das elites econômicas. E que essa configuração de fracasso em um aspecto e sucesso em outro é ainda mais dramática para as classes

subalternas, pois implicou na produção de uma desigualdade extrema e na formação de uma “pequena e poderosa oligarquia” (Harvey, 2008: 26) nos países capitalistas.

A análise classista de Harvey é interessantíssima para pensarmos o contexto atual da América Latina. Tomando como marco a crise do capitalismo nos anos 1970, Harvey argumenta que a vitória neoliberal não estava dada e que foi resultado de um intenso processo de lutas sociais e políticas:

O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu. (Harvey, 2008: 23).

A alternativa política ao neoliberalismo era forte e sacudiu as sociedades europeias nos anos 1970, tendo como epicentro político o Maio de 1968 global.

A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa nativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. Partidos comunistas e socialistas ganhavam terreno, quando não tomavam o poder, em boa parte da Europa, e mesmo nos Estados Unidos forças populares agitavam por amplas reformas e intervenções estatais. Havia nisso uma clara ameaça política às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte, tanto em países capitalistas avançados (como a Itália, a França, a Espanha e Portugal) como em muitos países em desenvolvimento (como o Chile, o México e a Argentina). (Harvey, 2008: 23-24).

Harvey enfatiza que à ameaça política somava-se uma concreta e palpável “ameaça econômica à posição das elites e classes dirigentes”. E prossegue lembrando que “o acordo do pós-guerra em quase todos os países” do Norte global previa que “o poder econômico das classes altas fosse restrito e que o trabalho recebesse uma parcela bem mais ampla do

bolo econômico”. Os dados sobre a redução da desigualdade que resulta desse pacto são impressionantes: “Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela da renda nacional nas mãos do 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da 2ª Guerra Mundial para menos de 8% depois dela, tendo ficado perto desse nível durante quase três décadas.” (Harvey, 2008: 25). O problema se dá em como manter esse arranjo com a crise da acumulação capitalista dos anos 1970.

Enquanto o crescimento se mantinha em altos níveis, essa restrição não parecia importante. Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970 (...) as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. Nos Estados Unidos, o controle da riqueza (em oposição à renda) pelo 1% mais rico da população permaneceu mais ou menos estável por todo o século XX, mas na década de 1970 sofreu uma acentuada queda (...). As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica. (Harvey, 2008: 25).

O resultado desse embate entre as classes não poderia ter sido pior para os subalternos. Uma vez derrotada a alternativa socialista – devido a vários processos políticos que não vem ao caso esmiuçar⁶ – os números da desigualdade explodem nos países do capitalismo central:

Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999. (...). Os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982: de 6,5% a 13%. E um exame mais detido revela extraordinárias concentrações de riqueza e de poder surgindo em toda parte. (...). Os países da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento) também registraram grandes aumentos da desigualdade a partir dos anos 1980, enquanto "a diferença de renda entre os 20% da população do mundo que vive nos países mais ricos e os 20% da população do mundo que vive nos países mais pobres era de mais ricos e os 20% da população do mundo que vive nos

⁶ Sobre isso, ver a já mencionada introdução de Perry Anderson ao Mapa da Esquerda na Europa Ocidental.

países mais pobres era de 74 para 1 em 1997, vindo de 60 para 1 em 1990 e de 30 para 1 em 1960. (Harvey, 2008: 26-27).

Ora, o paralelo desse quadro apresentado por Harvey entre Europa e EUA (dos anos 1970 até o fim do século XX) com a América Latina do século XXI é não só pertinente como se encaixa com precisão no que ele chama de “desenvolvimento geográfico desigual” do neoliberalismo.

Ocorre que a primeira onda do neoliberalismo no continente se deu durante a redemocratização dos anos 1980. Tratava-se, então, de uma situação bastante diversa daquela verificada nos países da Europa e dos EUA. Por um lado, o neoliberalismo chegava à América Latina apoiado por uma classe dominante que não precisava reconstituir seu poder de classe, pois já saía fortalecida do ciclo autoritário. Seu objetivo era manter suas posições no novo arranjo democrático.

Não obstante tal poder de classe, o fato é que as nações latino-americanas da democratização eram sociedades com muita energia mobilizada em favor dos valores da justiça e da igualdade e dos sonhos de que a democracia seria não apenas formal, mas também substantiva. Um tipo de energia criativa que foi se acumulando nas ditaduras e que explode nos processos de redemocratização.

É essa energia que volta, nos anos 1990, para resistir e derrotar o neoliberalismo e que vai alimentar os governos progressistas no seu primeiro impulso. Soares Lima e Coutinho destacam esse processo das “*calles*” como crucial para o ciclo progressista:

Frente às restrições econômicas e à incapacidade do Estado em atender às demandas sociais, as *calles*, como metaforicamente são chamadas em espanhol, perdem a paciência e se incendiam. Por duas décadas, a reorganização de trabalhadores urbanos e rurais, sobretudo novos atores e movimentos emergentes, inclusive alguns de corte étnico, passam a protagonizar a história, regendo um dos momentos de maior pressão popular registrado nessas democracias. Instalou-se, assim, uma crise mais generalizada e profunda do que outras que continuaram a habitar o contexto sul-americano

mesmo após o fim dos regimes militares. Na realidade, essa crise é apenas o ápice de processos já em andamento, não ocorrendo da mesma forma, nem com a mesma intensidade, em todos os países do Continente. As crises que caracterizaram a virada de século na América do Sul são sintomas agudos da ausência de um modelo de desenvolvimento para a região, da persistente inoperância do Estado e da insatisfação que se alastra mais e mais em sociedades desejosas de inclusão política e social. Sob o manto dogmático da liberalização econômica, trocou-se o já exaurido nacional-desenvolvimentismo, baseado, por décadas, na substituição de importações, por um modelo econômico que não chega a ser propriamente de desenvolvimento, uma vez que fragiliza ainda mais o Estado e reduz suas preocupações para o curto prazo em torno da questão monetária. (Soares Lima e Coutinho, 2007: 12-13).

É nesse contexto que começa o ciclo progressista na América Latina, e é por isso que a imagem escolhida por Cudas (a derrota da ALCA) para marcar o êxito do ciclo é tão precisa e impactante. A força das energias sociais e políticas das sociedades latino-americanas era tal que nossos povos, juntos, conseguiram impor uma derrota histórica ao imperialismo dos EUA, algo inédito no século XX, quando as derrotas estadunidenses são poucas e promovidas em conflitos políticos isolados – sendo Cuba e Nicarágua as mais significativas – os quais não conseguiam se espalhar para a região de modo sustentável e generalizado.

Ainda mais importante é seguirmos nesse caminho comparativo com a análise feita por Harvey, sempre tomando como base analítica a questão do poder de classe. E, no caso do ciclo progressista, a conclusão é que foi um período em que o poder das classes dominantes *recuou* diante do poder das classes subalternas e isso tem uma importância tamanha, tanto para reforçarmos a ideia de que o ciclo progressista precisa ser mais estudado e entendido quanto para afastar as teses de que o ciclo progressista foi mera continuidade do ciclo neoliberal anterior.

Em outras palavras, queremos afirmar que embora as contradições e impasses dos governos progressistas sejam evidentes e em boa parte responsáveis pela emergência do novo ciclo político neoliberal e autoritário

(pensamos, entre outros, na relação do progressismo com o desenvolvimento capitalista em detrimento da natureza e das populações tradicionais e, para os fins deste artigo, ainda mais importante, na incapacidade que as experiências progressistas latino-americanas apresentaram em lidar com a questão democrática, a qual voltaremos na conclusão); no ciclo político progressista, o poder político das classes subalternas aumentou e o das classes dominantes diminuiu – que pode ser medido tanto pela régua das eleições quanto pelos efeitos das lutas, por exemplo, na capacidade que as greves têm de arrancar vitórias em um quadro de pouco desemprego – o que não significa que as primeiras tenham deixado de ser subalternas e as últimas tenha perdido sua posição dominante.

Alguns dados sobre isso se encontram disponíveis, enquanto outros precisam ser mais bem sistematizados ou ainda carecem de pesquisa. Em 2015 – último ano do ciclo progressista – a OCDE divulgou um estudo alertando para o crescimento da desigualdade em todo mundo, com exceção da “América Latina e em alguns outros emergentes como o Brasil”, em que a desigualdade “está em queda”⁷.

Se passarmos para os exames qualitativos do processo, a conclusão será a mesma, com a vantagem de que – por essa metodologia – poderemos sair da frieza dos números e encontrar a temperatura quente da política, com suas criações e contradições. É o que nos mostra, por exemplo, Álvaro García Linera em seus estudos sobre a Bolívia tomada pela “potência plebeia” (Linera: 2010) ou Gilberto Marangoni e seu livro sobre a “Venezuela que se inventa” (Marangoni: 2004). Em ambos os casos, a conclusão é que o poder das classes subalternas *se fortaleceu* diante do poder das classes dominantes.

⁷ <http://exame.abril.com.br/economia/desigualdade-e-a-maior-em-30-anos-da-pra-reverter/>

No Brasil não foi diferente, conforme podemos extrair de “Os Sentidos do Lulismo” (2012), de André Singer, naquela que foi a primeira grande obra de interpretação dos governos Lula. O autor argumenta que a forte redução da miséria e lenta redução da desigualdade organizaram um reformismo que, embora fraco, foi significativo para o quadro social e político nacional. Ainda no caso brasileiro, vale a pena trazer à baila o estudo de Ruy Braga – um intelectual insuspeito, posto que sempre crítico à esquerda dos governos petistas – sobre o novo ciclo grevista que se abre em 2013, o maior do país desde 1989, (Braga: 2017). Ciclos grevistas ascendentes não significam outra que coisa senão a *redução* do poder das classes dominantes.

Sabemos que a recente explosão grevista no Brasil não se dá por acidente. Ela se insere no conjunto de contradições que marcam o ciclo progressista na América Latina – desde 2013 mais ou menos – e que novamente favorecem a comparação com a análise de Harvey. O geógrafo marxista afirmou, para a Europa e para os EUA, “que o crescimento econômico se mantinha em altos níveis”, a restrição ao poder das classes dominantes não ganhava centralidade na ação política daquele setor. Contudo, nos anos 1970, a situação muda e as elites partem para uma ofensiva com o intuito de recuperar seu poder de classe.

É exatamente o mesmo cenário que vivenciamos na América Latina nessa segunda década do século XXI. Com a eclosão da crise econômica internacional em 2008, a situação política na região se alterou e o equilíbrio entre mercado e ruas identificado por Soares Lima e Coutinho para o começo do ciclo se viu inviabilizado. Era preciso fazer escolhas; e o que se viu foi um avanço keynesiano em países estrategicamente determinantes na região, em especial Argentina e Brasil.

O nível de conflitos entre as classes se exacerbou em todo o continente, em torno do que o sociólogo Adalberto Cardoso chamou de um

“conluio antidistributivo”⁸ ou, nos termos que estamos usando a partir de Harvey, em uma intensa ação das classes dominantes para recuperar seu poder de classe. Tão intensa que as elites não hesitaram em mandar às favas a institucionalidade democrática onde isso foi necessário – e é isso que, em nossa opinião, explica as recentes quedas presidenciais na região.

A derrubada, em 2009, do presidente Zelaya, em Honduras, vista dessa perspectiva temporal, aparece como um laboratório de uma prática radical das elites para recuperar o seu poder de classe; enquanto a queda, em 2012, do presidente Lugo, no Paraguai, já significa o começo da crise terminal do ciclo progressista, processo esse que se completaria em 2015/2016 com a eleição de Macri, na Argentina; o cerco ao governo Maduro, na Venezuela, e o golpe jurídico-parlamentar contra Dilma, no Brasil.

O resultado desse processo já começa a aparecer nas estatísticas, favoravelmente às classes dominantes. Estudo da CEPAL, publicizado em 2016, afirma que a desigualdade social voltou a subir na América Latina e as perspectivas são de um aumento ainda maior da distância entre os mais ricos e os mais pobres⁹.

É importante extrair os sentidos mais profundos desse processo que abre o ciclo neoliberal. O fato de que, no mesmo ano (2015), as elites tenham usado três estratégias diferentes em três das nações mais importantes com governos progressistas (eleições na Argentina, golpe parlamentar no Brasil e o enfrentamento aberto na Venezuela) mostra que não se trata que algum processo conspiratório, mas sim de movimentos orgânicos das classes dominantes em todo o mundo – na nossa região em especial.

⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1466547-conluio-antidistributivo-puniu-dilma-e-campanha-sera-mais-radicalizada-diz-sociologo.shtml>

⁹ <https://nacoesunidas.org/cepal-pobreza-teria-aumentado-na-america-latina-atingindo-175-milhoes-de-pessoas-em-2015/>

Wanderley Guilherme dos Santos, José Mauricio Domingues e Juarez Guimarães vão convergir para o diagnóstico de que o mundo e a América Latina – esta mais recentemente – estão vivendo um processo de regressão democrática no qual as democracias representativas em sentido mais liberal (o que quer dizer restritas a questão da alternância de poder pelo voto universal) estão sendo substituídas por regimes oligárquicos “representativos” (Santos, 2017: 17) ou “avançados” (Domingues, 2017: 93) em uma “contrarrevolução neoliberal” (Guimarães: 2017). Isso significa que a soberania popular perde o seu valor, pois – independente da vontade das urnas – o arranjo de poder toma as decisões para seguir fortalecendo o poder das classes dominantes.

Soares Lima e Coutinho já haviam registrado que, na América Latina, o neoliberalismo apresentava esse impasse, uma vez que nos anos 1990 “A centralidade das reformas estruturais cegou o processo decisório para o abismo” (Soares Lima e Coutinho, 2007: 13). Se, naquela quadra, tal cegueira permitiu o avanço do ciclo progressista; nesta, ela vem implicando em uma transição do ciclo progressista para algo mais do que um ciclo neoliberal: Na imagem formulada por Luis Felipe Miguel (2016) para o Brasil, que entendemos como fértil para pensar toda a região, trata-se de “uma transição à ditadura”, ainda que seja uma ditadura velada e não aberta com tanques nas ruas como ocorreu no ciclo político autoritário dos anos 1960 e 1970.

Conclusão

O presente artigo organizou a reflexão sobre as recentes quedas presidenciais na América Latina em um contexto político mais amplo de disputas entre as classes sociais a respeito de que tipo de desenvolvimento capitalista hegemonizará o continente. Isso significa inserir o que ocorreu em Honduras, Paraguai e Brasil nas dimensões geopolíticas fundamentais do mundo hoje (e desde pelo menos todo o século XX), aquelas que opõem

um capitalismo desigual e antidemocrático a outro tipo de pacto social, no qual a desigualdade é reduzida e a democracia se fortalece.

Na mesma direção, entendemos que pensar a política contemporânea da América Latina em termos de ciclo políticos que vão se sucedendo ajuda-nos a compreender qual dinâmica de classes sociais tem predominado em cada período, o que é crucial tanto para um entendimento acadêmico dos processos políticos, sociais e culturais da nossa região quanto para as necessárias e urgentes reflexões políticas que são parte de um conhecimento engajado que é (ou deveria ser) a vocação das ciências humanas em geral e, em particular, da ciência política.

Concluimos, portanto, afirmando que o atual ciclo político na América Latina não é só neoliberal, como também autoritário. Trata-se, em realidade, da fusão das características mais substantivas dos dois ciclos políticos que precederam o ciclo político progressista na região. Na medida em que a primeira experiência neoliberal nos países latino-americanos foi derrotada pela energia social e política das lutas pela redemocratização, as elites do continente avançam contra a institucionalidade democrática, a fim de garantir seu poder de classe e se aproveitando de uma tendência internacional de oligarquização dos regimes liberais representativos na Europa e nos Estados Unidos.

Em suma, desigualdade econômica e desigualdade política caminham juntas, e é isso que podemos chamar da questão democrática no século XXI, ela própria uma atualização dos problemas da democracia no capitalismo que se apresentaram ao longo do século passado.

Essa dupla configuração de neoliberalismo e autoritarismo reforça a centralidade da questão democrática para o pensamento crítico latino-americano e para as esquerdas em geral – algo que foi pouco refletido, debatido e, por consequência, implementado durante o ciclo político progressista.

O fato é que o conjunto das experiências progressistas não formulou e testou mecanismos de transformar as conquistas econômicas e sociais em avanços democráticos, nem na sociedade civil e nem na formação de uma nova institucionalidade – salvo os processos constituintes em Bolívia, Equador e Venezuela, mas mesmo eles com impasses importantes, dos quais a dramática conjuntura venezuelana é expressão mais aguda.

Sem superar essa lacuna, não podemos explicar satisfatoriamente nem as quedas ilegítimas de presidentes eleitos, nem os dilemas políticos que se apresentam para os povos de todo o continente tais como a quase guerra civil na Venezuela ou as vitórias nas urnas das forças neoliberais, tais como Macri na Argentina e Pinera no Chile. Tampouco é possível entender os reveses em plebiscitos populares, o que ocorreu na Bolívia, Colômbia e Equador. Por fim, ficamos sem entender plenamente a crise de representação política sem precedentes no Brasil, cuja consequência mais perigosa é o fortalecimento de alternativas autoritárias do tipo Bolsonaro¹⁰.

As esquerdas, do sul ao norte da América Latina – parafraseando a inversão política e estética desenhada pelo uruguaio Torres García (outro ícone da identidade dos povos latino-americanos) –, vivem uma crise profunda devido à ligação estrutural que têm (ou deveriam ter) com a democracia. Se esta se encontra em crise, o mesmo ocorrerá com as formas organizativas que emanam das classes subalternas.

Ademais, é impossível imaginar que as esquerdas poderão recuperar sua vitalidade apenas prometendo novos surtos de desenvolvimento econômico, ou seja, mais uma vez menosprezando a questão democrática. A emergência de novos movimentos e de novas gerações políticas – que tiveram nas jornadas de junho de 2013, no Brasil, seu episódio mais extraordinário em todo continente, mas que se repetem

¹⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/06/1895452-violencia-e-medo-insuflam-defesa-de-autoritarismo-no-brasil.shtml>

em vários países com várias configurações desde, pelo menos, a Revolução dos Pinguins, ocorrida no Chile em 2006 – interpelam as esquerdas (partidos, sindicatos, movimentos, intelectualidade) de um modo incontornável.

Resolver a questão democrática e retomar uma dinâmica de mobilização e criação desde baixo é condição para que a atualização das Veias Abertas e dos Cem Anos de Solidão não se confirme da pior maneira possível, não enquanto universalidade criativa dos nossos povos, mas sim enquanto dinâmica de recolonização da América Latina.

Bibliografia

ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro. Ed. Contraponto. 1996.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23

BRAGA, Ruy. “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes”. In: LOUREIRO, Isabel e SINGER, André. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo. Ed. Boitempo. 2016, p. 55-92.

BRAUDEL, F. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRINGEL, Breno e PLEYERES, GEOFFREY (eds). *Movimientos sociales en los anos 2010: crisis, indignación y polarización*. Buenos Aires: Clacso e Rio de Janeiro: FAPERJ. 2017.

BURKE, P. *A Escola dos Annales. 1929-1989 – A revolução francesa na historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BUTLER, Judith. “Vida precária”. In: *Contemporânea*, n. 1 p. 13-33. Jan.–Jun. 2011, disponível em file:///C:/Users/Josue/Downloads/18-13-1-SM.pdf

CODAS, Gustavo. *O Brasil nas relações Sul-Sul e na integração regional da América do Sul: uma agenda de estudo e debate*. São Paulo: FES, 2013. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10431.pdf>

COHN, G. *Crítica e resignação. Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do Mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo. Ed. Boitempo. 2016.

DOMINGUES, José Mauricio. *Esquerda: crise e futuro*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2017.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica: Curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIMARÃES, Juarez. *Entrevista ao portal Sul 21*. 2017. Disponível em <https://www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-mais-desmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/>

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LINERA, Álvaro García. *A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: FPA, 2004.

MIGUEL, Luiz Felipe. *Transição à ditadura*, 2016. In: Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/28/transicao-a-ditadura/>

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. “Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas”. In: *Observador On-Line*, v.9, n.12, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES LIMA, M. R. (org). *Desempenho de governos progressistas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, Ed: IUPERJ, 2008.

SOARES LIMA, M. R e COUTINHO, M. V. (orgs). *A Agenda Sul-Americana: mudanças e desafios no início do século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

Palavras-**chave:**

Ciclo político,
Democracia,
América Latina

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o quadro político da América Latina a partir de noção de ciclo político. Entende-se que, desde 2015, o continente vive um novo ciclo político neoliberal e antidemocrático, em substituição ao ciclo político progressista (Soares Lima: 2008) que marcou a região desde o final do século XX. Trata-se, com o conceito de ciclo político, de inserir o conjunto de quedas presidenciais recentes - Zelaya, Honduras, em 2009, Lugo, Paraguai, 2012 e Rousseff, Brasil, 2016 – em processo político mais amplo de avanço do neoliberalismo e das forças oligárquicas, no qual podemos listar a vitória de Macri na Argentina em 2015, a derrota, em 2016, de Evo Morales no plebiscito sobre uma nova reeleição, uma possível vitória de Piñera no Chile nas eleições presidenciais de dezembro de 2017 e, por último mas não menos importante, a persistente e profunda crise política e social na Venezuela. Tal processo mais amplo deve contemplar, portanto, dinâmicas conjunturais com tendências mais permanentes, e é com essa dialética que o presente artigo buscará, primeiro, definir o que é um ciclo político, para em seguida, aprofundar as características do novo ciclo político, em especial o seu caráter de redução do alcance da democracia representativa, nos termos em que alguns autores (Wanderley Guilherme dos Santos, Luís Felipe Miguel, José Maurício Domingues) estão apresentando para o Brasil.

Keywords

Political cycle;
Democracy;
Latin America.

ABSTRACT: The present article intends to analyze the political framework of Latin America through the notion of political cycle. Since 2015, the continent has been living a neoliberal and non-democratic political cycle that has replaced the progressive political cycle (Soares Lima, 2008), dominant since the end of the 20th century. With the concept of political cycle, our aim is to take into account many recent presidential overthrows in the region – Zelaya in Honduras (2009), Lugo in Paraguay (2012) and Rousseff in Brazil (2016) –, situating them in a broader political process of neoliberal and oligarchical advance. This process also encompasses Macri; victory in Argentina (2015), Evo Morales; defeat in the 2016; referendum on reelections in Bolivia, a possible Piñera; victory in Chile (December 2017) and, last but not least, the deep and persistent crisis in Venezuela. Such a broader process must thus encompass the conjunctural dynamics along with more permanent tendencies – and this dialectics guides this article; search for a definition of political cycle, in order to deepen our understanding of the new political cycle, paying special attention to its subtraction on representative democracy; scope in the region (a theme that has been decisive for many analysts of the Brazilian case, such as Wanderley Guilherme dos Santos, Luís Felipe Miguel and José Maurício Domingues)

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em novembro/2017

Aprovação presidencial (1996-2015) na América Latina:

mais participação pode ser uma saída
quando a economia vai mal?

Daiane Boelhouwer Menezes

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (BRA)

A América Latina tem um alto índice de presidentes que não conseguem completar o mandato. O último afastamento ocorreu em agosto de 2016, com o impeachment da então presidenta brasileira, Dilma Rousseff. Ela se juntou ao grupo de 14 presidentes que não terminaram o governo para o qual foram eleitos. No momento em que este artigo é escrito, não há garantia de que Michel Temer, o vice que assumiu a Presidência, não cairá antes do fim de 2018.

Além dessa característica latino-americana, o fim do ciclo de altos preços das commodities produziu mudanças na percepção dos cidadãos, segundo o Informe do Latinobarômetro (2016). De 2015 para 2016, nos

países latino-americanos, a satisfação com o funcionamento da economia no país caiu cinco pontos, chegando a 20% – dez pontos percentuais a menos do que em 2010. Em 2016, 43% disseram que essa situação econômica piorou – o nível mais alto desde 2005 – na comparação com os 29% de 2015. Os resultados das eleições ocorridas entre 2015 e 2016 foram predominantemente contrários aos governos de turno. Esse cenário apontou para o fim do hiperpresidencialismo. Em 2009 – ano em que a média de aprovação presidencial dos países aqui estudados¹ apresentou seu maior percentual – havia seis presidentes com mais de 70% de aprovação e somente dois com menos de um terço.

Ainda segundo o Informe (2016), o período chamado de “lua-de-mel dos cidadãos com presidente” tem sido cada vez mais curto. De 2015 a 2016, a confiança nos governos Executivos caiu de 33% para 28%, sendo que a média da série histórica da região é de 37% – uma queda maior que a sofrida pelos Congressos ou pelos Partidos Políticos. A percepção de que se governa para todos – escolha alternativa a se governar para uns quantos grupos poderosos em seu próprio benefício – vinha aumentando de 2004 a 2011 (de 24% para 36%), tendência que foi invertida. Nos últimos três anos, a confiança interpessoal alcançou os patamares mais baixos da série, por um período maior de anos. Por outro lado, a crença de que é justificável não pagar impostos tem registrado aumento desde 2011.

Somente esses dados apontariam para um cenário bem complicado para a política em geral e para os presidentes da região. Assim, além de variáveis econômicas, variáveis políticas e outras variáveis institucionais são apontadas como possíveis explicações para a aprovação presidencial. Essas variáveis são discutidas na próxima seção, junto aos trabalhos já realizados na América Latina sobre essa questão. A originalidade desse

¹ Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

artigo está no fato de que ainda não foi pesquisada, na região, a relação entre aprovação presidencial e utilização de Mecanismos de Democracia Direta (MDDs) nacionais, a julgar pelos estudos encontrados. A participação em MDDs é considerada “boa” ou “muito boa” por 53,3% dos entrevistados e “regular” por outros 16,8% (avaliações que, somadas, totalizariam 70% de cidadãos com sentimentos positivos ou neutros em relação aos instrumentos). 7,5% não sabiam do que se trata MDDs e outros 14% não responderam – o que era esperado, dado que alguns países nunca usaram MDDs (LATINOBARÓMETRO, 2009). Na América Latina, entre 1995 e 2015, ocorreram apenas 32 MDDs nacionais, em onze países latino-americanos².

Analisar essa relação é interessante porque plebiscitos (facultativos ou mandatórios), referendos e iniciativas populares permitem que autoridades aproximem-se mais dos cidadãos, ainda que os papéis desempenhados por chefes do Executivo sejam diferente em cada tipo de MDD. Ainda: estudos comparativos sobre aprovação presidencial na América Latina são raros. Na realidade, foi localizado apenas um trabalho, também abordado na próxima seção.

A terceira seção apresenta os modelos multiníveis nos quais a influência das variáveis de percepção da situação econômica, de confiança interpessoal, educação e idade (nível 1) são testadas, assim como a influência de variáveis relativas a indicadores macroeconômicos (crescimento do PIB, inflação, desemprego e coeficiente Gini), a ocorrência de eleições, de MDDs e outros eventos políticos importantes (nível 2). Esses modelos são uma alternativa à análise seriada quando não há número de observações suficientes ao longo do tempo. Os dados utilizados são provenientes de surveys do Latinobarômetro realizadas anualmente³. A

² Os onze países mencionados são: Bolívia (5 MDDs), Brasil (1), Colômbia (2), Costa Rica (1), Equador (6), Guatemala (1), Panamá (2), Paraguai (1), Peru (1), Uruguai (8) e Venezuela (6).

³ Com exceção de 1999, 2012 e 2014. Ainda que a periodicidade anual não seja ideal para

amostra dessa pesquisa inclui 16 países com observações de 1996 a 2015, deixando de fora apenas um ano (1995) e dois países que não possuem dados completos⁴. Além do Latinobarômetro, dados sobre os MDDs do Center for Research on Direct Democracy (C2D) e de Altman (2010) também foram aproveitados. Embora os casos não sejam abundantes e não seja possível fazer afirmações taxativas e generalizantes, com a análise dos modelos propostos, pretende-se responder se os MDDs impactam a aprovação presidencial e, se sim, o quanto – comparativamente às eleições, ao desempenho da economia, a eventos políticos importantes, à confiança interpessoal, à faixa etária dos cidadãos e à sua escolaridade.

Aprovação presidencial e a influência de variáveis econômicas, institucionais e políticas

Berlemann e Enlckemann (2012) sugerem que, entre os determinantes da popularidade do presidente, as pesquisas apresentam certo consenso em relação à importância das questões econômicas. Apesar disso, após 40 anos de pesquisas empíricas e centenas de publicações sobre o tema, o papel das variáveis econômicas não é exatamente claro na literatura norte-americana. Quando períodos relativamente longos são estudados (ainda que o papel dessas variáveis possa mudar com o passar do tempo), no entanto, inflação e desemprego tendem a ser apresentar como variáveis estáveis para explicar a aprovação do Chefe do Executivo.

Além da extensão da série analisada, há a questão das variáveis propriamente políticas não serem incluídas em alguns dos modelos ou serem mal escolhidas. Nos últimos 20 anos, viu-se uma tendência a incluir medidas subjetivas da situação econômica, como o sentimento do

estudar aprovação de governo e ver o impacto de eventos políticos e do desenvolvimento da economia, Berlemann e Enckemann (2012) citam estudos que usaram tanto dados mensais quanto trimestrais e não encontraram diferença nos seus resultados.

⁴Apenas oito países participaram dos surveys de 1995. A República Dominicana, um dos países excluídos da amostra, só foi incorporada em 2004. Honduras, o segundo país desconsiderado, não possui dados para a aprovação presidencial em um dos anos.

consumidor ou a inflação percebida. Inclusive, interessantes resultados foram encontrados ao comparar os resultados dos dois principais institutos de pesquisa americanos:

The Gallup and the SRC approval time series turn out to be highly correlated (0.99). Interestingly enough, this holds true although the SRC question has an explicit economic focus while the Gallup question has not. This finding either implies that respondents are not able to assign their approval (or disapproval) to specific topics or economic issues play the dominant role in evaluating the president. (Berlemann, Enelkemann, 2012, p.14)

Neste artigo, não se trabalha apenas com uma presidência, tampouco com um período tão longo como 50 anos – porém, consideram-se, igualmente, variáveis institucionais e políticas, de forma que se espera encontrar resultados minimamente generalizáveis para a América Latina – que, como veremos, tem suas particularidades.

Em pesquisa seminal, Mueller (1970, 1973 apud Berlemann, Enelkemann, 2012) encontrou algumas regularidades: a aprovação presidencial tende a declinar ao longo do mandato e durante guerras; tende a aumentar em momentos de crise internacional; o nível de popularidade difere em diferentes administrações; e um período econômico ruim tende a diminuir a aprovação presidencial, ao passo que um período econômico bom não costuma afetar a popularidade do presidente.

Pinto (2013) problematiza esse modelo, lembrando que apenas o desemprego é utilizado como proxy para a economia e que o comportamento dessa dimensão é muito pouco explicada por Mueller. Ainda, Pinto aponta para outros efeitos relativos ao tempo de mandato, citando autores que consideram que seja uma função em formato de “U”; aumenta à medida que o governo amadurece; existe um período variável de efeito lua-de-mel; o presidente pode ganhar popularidade no final do seu mandato por meio de um "efeito nostalgia".

Talvez esse efeito nostalgia se dê mais em função de alguns

governos adotarem uma política expansiva no último ano, em preparação às eleições. Há também o efeito campanha, quando o incumbente normalmente consegue levar o eleitorado a fazer uma avaliação retrospectiva do desempenho do governo. Berlemenn e Enekelmann (2012) testam esse efeito com três e seis meses e não encontram qualquer resultado significativo. Este artigo faz esse teste especificamente para a realidade latino-americana, conforme explicado mais abaixo.

Há outra variável importante na América Latina: o afastamento de presidentes antes do término de seus mandatos. Pérez Liñan (2007) constata que as crises presidenciais da região, por vezes advindas de processos de impeachment, são precedidas de níveis de aprovação presidencial muito baixos e altos níveis de mobilização social, instigados por investigações e exposição midiática de escândalos políticos, assim como pela perda de controle sobre o Congresso. O impeachment de Dilma Rousseff, no Brasil, ilustra perfeitamente essa situação. Além disso, o autor lembra o quanto essas situações desfazem a ideia de que presidentes são muito fortes e o que os parlamentares não conseguem mantê-los responsáveis.

Fato é que os mecanismos de democracia direta (MDDs) são canais de expressão da população fora das eleições regulares. Nos países latino-americanos, servem para diminuir a tensão produzida pela ausência de instituições representativas eficientes. Muitas vezes, os cidadãos não votam nos MDDs pensando exclusivamente no assunto em questão, mas os utilizam para expressar sua frustração em relação à performance do governo ou em relação à política e aos políticos em geral. Ainda sim, os MDDs têm um papel importante como forma adicional de expressão política (ZOVATTO, 2006). Isso poderia explicar a razão pela qual o Uruguai, por exemplo, não experimentou nenhuma grande crise social: “they created a channel through which citizens could express themselves and protest – for example, the neoliberal policies – in a formalized institutional framework (ALTAM, 2010, p.198).

A partir dessas considerações, testa-se a hipótese de que o envolvimento dos presidentes durante o processo de um MDD nacional pode fazer com que a aprovação deles se torne maior. Abordando campanhas, Vreese e Semetko (2004, p.12) observam que um MDD “may alter the domestic political power equilibrium and it may lead to changes in the approval ratings of parties and political leaders”. Porém, esse efeito não parece ser igual para todos os tipos de MDDs. Aqueles iniciados pelo próprio chefe do Executivo devem ter impacto positivo, ao contrário de MDDs iniciados pelos cidadãos, especialmente os que são contra leis recém-sancionadas pelo presidente.

No caso específico de iniciativas populares, entre as preferências do Legislativo e do Executivo, tende a ser o presidente quem se beneficia; pois, como esse é eleito pela maioria dos cidadãos, provavelmente está mais alinhado com as preferências do eleitor médio (MATSUSAKA, 2008). O mesmo pode ser estendido para os plebiscitos facultativos iniciados pelo presidente, sempre que estiver mais próximo do eleitor médio do que o Legislativo. Bowler e Glazer (2008) diagnosticaram que a pesquisa empírica sobre o efeito da iniciativa popular no governo e na governabilidade é quase inexistente, o que reforça a importância da pesquisa aqui realizada.

Além da questão dos afastamentos dos presidentes, outros eventos políticos podem afetar a avaliação presidencial. De forma positiva, podemos citar crises internacionais, conquistas diplomáticas e eventos que afetam diretamente a pessoa do presidente, usualmente relacionados com a sua saúde; de forma negativa, escândalos políticos, agitação doméstica e iniciativas políticas impopulares (OSTROM, SMITH, 1992 apud PINTO, 2013). Ainda não há consenso em relação aos critérios de escolha desses eventos, de forma que são sempre criticáveis. A cobertura midiática, no entanto, é condição necessária para defini-lo como um rally event, uma vez que ela possui centralidade na definição da agenda pública de questões e na formação da opinião dos indivíduos.

Pesquisas mais recentes indagam se as avaliações presidenciais são mais retrospectivas ou prospectivas e se são feitas considerando seu próprio bolso (pocketbook) ou o cenário econômico da coletividade (sociotropic) – normalmente os indivíduos não responsabilizam o presidente por suas condições individuais (PINTO, 2013). Cohen (2004), comparando 44 países, em 2002, descobriu que – em países em desenvolvimento e em democracias mais recentes – a visão é predominantemente retrospectiva, ao passo que entre os avançados, prospectiva. Dessa forma, para estudar a América Latina, utilizamos a avaliação da situação corrente do país.

Tratando especificamente de América Latina, um único estudo comparado foi encontrado. Cabezas (2015) utiliza outra base de dados, o Latin American Public Opinion Project (LAPOP), além de focar no curto período, entre 2010 e 2012. Grande trabalho é empreendido classificando todas as identificações partidárias como oposição e governo de acordo com as coalizões formadas em cada mandato. O autor conclui que os latino-americanos consideram as expectativas da economia (tanto egocêntrica como sociocêntrica) para a aprovação presidencial e que o terço de eleitores que se identifica com algum partido avalia o presidente de acordo com sua posição de situação ou governo. Outro estudo nos Estados Unidos, de 1955 a 2005, tinha apontado que aqueles que se dizem independentes ou que votaram contra o governo são mais propensos a levar as questões econômicas em consideração (LEBO, CASSINO, 2007).

Há estudos de casos específicos de certos países da América Latina. No México, por exemplo, estudando o período de 1988 a 1993, Buendia (1996) encontrou evidências de que os cidadãos avaliam a performance do presidente de acordo com o desempenho da economia; como, por exemplo, a inflação. Além disso, encontrou indícios de que as reformas econômicas precisam ser introduzidas no começo dos mandatos de novos presidentes, para que estes não sejam culpados por problemas dos governos passados.

Em relação ao Chile, destaca-se o aumento da popularidade da presidenta Michele Bachelet, justamente com o início da crise financeira mundial, quando foi lançado um pacote que amplia o repasse aos municípios, antecipa a restituição do imposto de renda e aumenta os bônus entregues a pessoas participantes de programas sociais (APABLAZA; JIMÉNEZ, 2009). Comparando os mandatos de Lagos, Bachelet e Piñera, constata-se que os níveis de aprovação dependem fortemente do presidente de turno (RAMIREZ, VARAS, 2013) e que quanto mais os ministérios espelham o peso dos partidos da coalizão na composição do governo (isto é, tem um governo de mais políticos e menos técnicos), maior é aprovação presidencial (JOFRÉ, NAVIA, 2017), entre outros estudos.

No Peru, Arce (2002) estudou o impacto do combate contra a guerrilha na aprovação presidencial nos mandatos dos presidentes García e Fujimori, descobrindo que aquele depende da inclinação ideológica dos governos. Quando Arce e Carrión (2010) estendem o período analisado (1985-2008), concluem que as variáveis econômicas tradicionais – como desemprego e salários – têm efeitos bem visíveis e que os resultados diferentes encontrados estão relacionados com crises bem específicas. Esses achados reforçam os resultados encontrados por Berlemann e Enkelmann (2012) de que parte da inconsistência dos estudos sobre aprovação presidencial se dá em função da análise de séries muito curtas.

Quanto ao Brasil, estudando os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Gramacho (2005) conclui que a desvalorização da moeda, seguida pelo desemprego, foram os fatores que mais influenciaram a aprovação de tal presidente, mas que ciclos de atenção temática podem alterar a influência das variáveis econômicas. Em outro estudo sobre os mandatos desse presidente e de Luís Inácio Lula da Silva, conclui-se que a opinião pública brasileira avalia o trabalho do presidente a partir do bom desempenho da inflação e do desemprego, de características específicas do mandatário relativas ao carisma, sob influência extraordinária do cenário

político (PINTO, 2013). Por constatações como essas, testamos também a variável de eventos políticos extraordinários (positivos ou negativos).

No Uruguai, resultados um pouco diversos são encontrados. Os cidadãos julgariam o presidente segundo a avaliação prospectiva da sua economia pessoal; porém, o período analisado diz respeito somente a 2007-2013 (CARLIN, HUNT, 2015). Na Argentina, Catterberg e Pallanza (2012) analisam o mandato de Cristina Kirschner, com uma dinâmica diferente do que houve no Governo de Bachelet, no Chile, mencionado acima. Seu governo era mal avaliado no começo da crise internacional, melhorando sua aprovação apenas em 2010, quando a economia apresentou sinais de melhora (crescimento econômico com geração de empregos, apesar da alta da inflação) e consolidando o patamar com a onda de empatia decorrente da morte de seu marido, o ex-presidente Néstor Kirschner. Trata-se de um evento político próximo aos casos citados de problemas de saúde dos presidentes, que normalmente se revertem em avaliações mais positivas.

Na seção seguinte, boa parte das variáveis aqui trabalhadas são inseridas nos modelos que se propõem a explicar a aprovação presidencial, tanto com variáveis macro (nível 2), como indicadores econômicos, realização ou não de MDDs, quanto por variáveis micro (nível 1) derivadas de opiniões de indivíduos latino-americanos e suas características referentes à escolaridade, faixa etária etc.

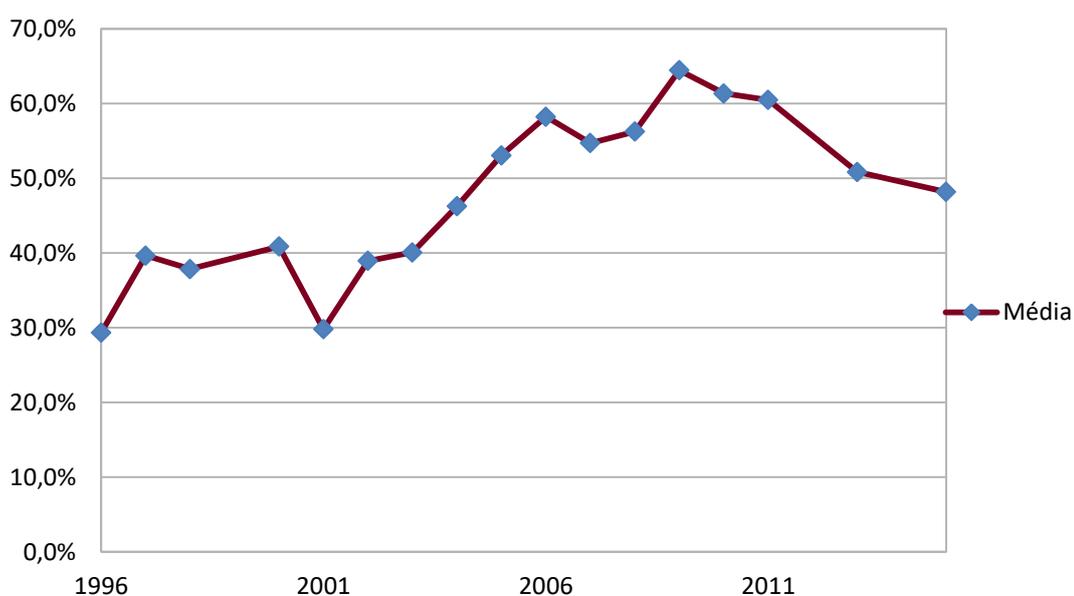
Os modelos multiníveis explicativos da aprovação presidencial na América Latina

A questão sobre a aprovação do Presidente no Latinobarômetro é uma variável dummy. Ela foi formulada assim: “Você aprova ou desaprova o modo como a atual administração chefiada pelo/a (nome do/a Presidente) está conduzindo o país?”. A resposta “desaprovo” foi codificada como zero e “aprovo” como 1. Entretanto, essa questão começou a fazer parte dos surveys somente em 2002 – permanecendo nos questionários por todo

período até o presente.

A solução encontrada para os anos anteriores a 2002 foi utilizar a variável confiança no Presidente entre os anos 1996 e 2001 como proxy para a aprovação. Dessa forma, as opções “nenhuma confiança” e “um pouco de confiança” foram transformados em “desaprovo” (codificadas como zero), e “alguma confiança” e “muita confiança” (codificadas como um). O **gráfico 1** apresenta a média dessa variável na América Latina. O **gráfico 2**, por sua vez, demonstra as variações em todos os 16 países.

Gráfico 1. Aprovação presidencial média de 16 países latino-americanos (1996-2015)



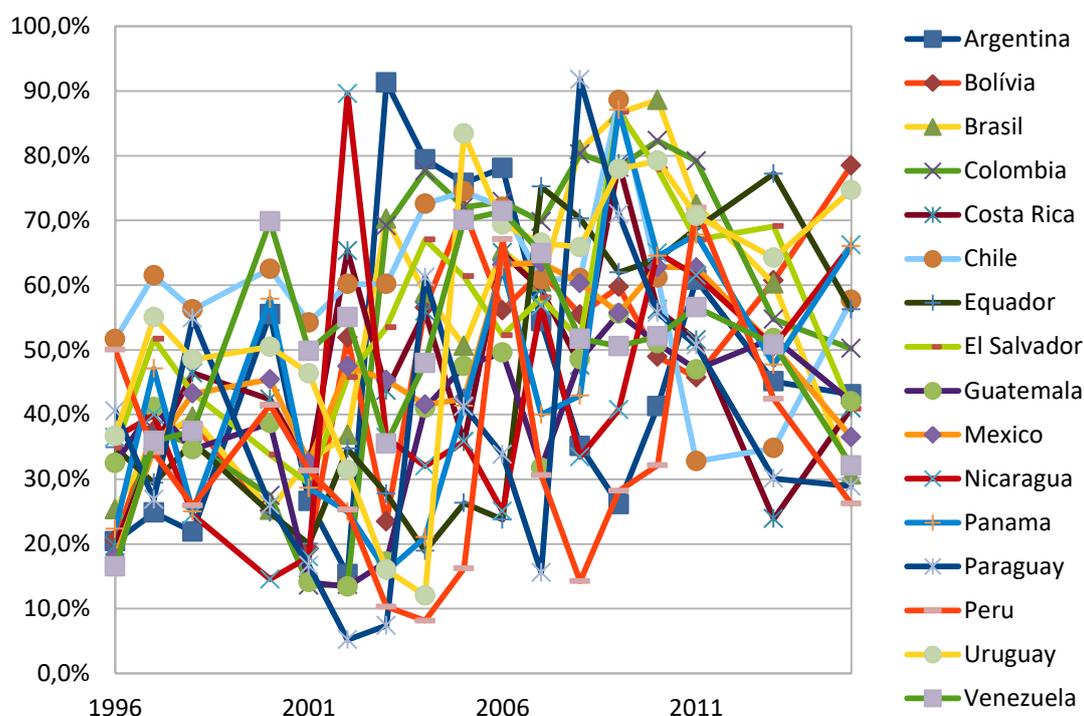
Fonte: Elaboração própria

Fonte dos dados brutos: Latinobarômetro

Para lidar com surveys em 17 diferentes anos, provenientes de 16 países, são utilizados modelos multiníveis. Nesses modelos, as variações do âmbito dos indivíduos são relacionadas com as variações do âmbito do

sistema; ou seja, as informações provenientes do sistema ajudam a mitigar o poder explicativo das características individuais. Esses modelos, além de permitirem que dados de vários anos e vários países sejam analisados conjuntamente – quando o número de observações não é suficiente para a realização de uma análise seriada – apontam ainda a importância dos fatores contextuais não considerados, de cada país e de cada ano, pelas variáveis inseridas.

Gráfico 2: Aprovação presidencial em cada um dos 16 países latino-americanos (1996-2015)



Fonte: Elaboração própria

Dados Brutos: Latinobarômetro

Aprovação presidencial com variáveis de nível 1

Nos modelos de aprovação presidencial, a diferença na precisão de um modelo que não faz distinção entre as médias dos países e dos anos e o modelo multinível de ordenada de origem que varia e declive fixo é de nove pontos percentuais (52,2% - Tabela 1 - e 61,2%¹, respectivamente). Esses números mostram que não é possível ignorar as diferenças entre os países ou a situação conjuntural de cada ano. A variância de nível 1 é sempre, nos casos de variáveis qualitativas, de aproximadamente 3,29. Portanto, a variância dos países é responsável por 3% da total ², e a dos anos, por 6,2%³.

Adicionando, uma a uma, as variáveis dos indivíduos, a que mais aumenta a precisão do modelo é a percepção da situação econômica do país, alcançando 65,6% – isto é, melhora 4,4 pontos percentuais. Isso é mais do que a percepção da situação pessoal (63%), demonstrando uma consideração mais social e menos egoísta na hora em que os latino-americanos avaliam seus presidentes – o que já tinha sido observado em outras pesquisas sobre o tema. As outras variáveis – sozinhas – ou não aumentam a capacidade de explicação do modelo ou não apresentam significância estatística. De todo modo, quando inseridas conjuntamente, elas apresentam melhor desempenho; logo, a confiança interpessoal, a educação, a idade foram incluídas no segundo modelo apresentado na **tabela 1**⁴. Esse modelo de variáveis de nível 1 apresenta precisão de 65,8%⁵.

Comparados com aqueles que percebem a situação econômica

¹Critérios de informações 1,219,755.160.

² 0,102 / (0,102+3,29)

³ 0,219 / (0,219+3,29)

⁴A variável “sexo” não se apresentou significativa nem aumentou o poder de explicação do modelo, mesmo junto às outras variáveis apresentadas na Tabela 1, de forma que, por motivos de parcimônia, foi deixada de fora.

⁵Critérios de informações 1.189.906,113.

como muito ruim, os que a avaliam positivamente têm seis vezes mais probabilidade de aprovar o chefe do Executivo – isto é, 620% mais chances, desde que mantendo todas as outras variáveis constantes, ou seja, na categoria de referência zero (os mais jovens, menos educados e sem confiança interpessoal), omitidas aqui por terem parâmetros redundantes.

Tabela 1. Variáveis do nível 1 nos modelos de aprovação presidencial na América Latina (1996-2015)

	1) Efeitos aleatórios apenas			2) Variáveis individuais		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,111	,423	0,895	-1,030	,000	0,357
País	0,102	,006		0,077	,006	
Ano	0,219	,005		0,133	,005	
Situação MB				1,985	,000	7,281
Situação B				1,909	,000	6,748
Situação M				1,156	,000	3,176
Situação R				0,391	,000	1,479
Confiança Interpessoal				0,209	,000	1,233
Superior compl.				-0,230	,000	0,794
Superior incompl.				-0,197	,000	0,821
Médio compl.				-0,158	,000	0,854
Médio incompl.				-0,130	,000	0,878
Fundamental completo				-0,053	,000	0,949
Fundamental incompl.				0,012	,000	1,012
61+ anos				0,221	,000	1,247
41 a 60				0,134	,000	1,143
26 a 40				0,090	,000	1,094

A confiança interpessoal aumenta em 23% a probabilidade de aprovar o presidente. Pessoas com pouca escolaridade têm mais chance de

avaliar bem o chefe do Executivo. Aqueles no grupo com ensino superior completo têm 21% menos probabilidade de aprovação presidencial do que aqueles sem escolaridade, mantidas as outras variáveis constantes.

Em relação à idade, os mais velhos tendem a ter melhores avaliações que os mais jovens, com chances de aprovação presidencial em torno de 25% maiores⁶ – o que faz sentido de acordo com as teorias pós-modernas que apontam os jovens e aqueles com maior escolaridade como mais críticos em relação às formas tradicionais de organização e atividade política.

Modelo com variáveis de nível 2

Entre as variáveis macroeconômicas disponíveis, o crescimento do PIB, o coeficiente Gini, a inflação e o desemprego são algumas das que podem explicar a avaliação econômica corrente dos países. Ao se inserir cada uma isoladamente no modelo para explicar a aprovação presidencial, elas melhoram pouco o poder de explicação dos modelos (inflação e PIB um pouco mais 61,8% e 61,7%, desemprego e Gini um pouco menos, 61,3% e 61,4%), porém são todas significativas e com o sinal esperado: mais desemprego, desigualdade e inflação diminuem as chances de aprovação presidencial; e maior crescimento do PIB as aumenta. Todas elas juntas, com as variáveis de nível 1, alcançam uma precisão de 66% e são apresentadas no modelo 1 da **tabela 2**. As variáveis de nível 1 conservam coeficientes muito parecidos em todos os modelos, de forma que foram omitidos nas tabelas seguintes.

⁶Achados anteriores de Booth e Seligson (2009) apresentaram a mesma relação negativa da escolaridade com a aprovação, mas encontraram, na sua base de dados mais restrita (oito países latino-americanos com dados de apenas um ano), relação inversa também quanto à idade. Com dados de mais países e mais anos, aponta-se aqui que os cidadãos de grupos etários de idade mais avançada têm mais tendência de aprovar o governo do que os mais jovens.

Centradas e divididas pelo seu desvio-padrão, para poderem ser comparadas, sem coeficientes minimamente comparáveis com aqueles que são fruto da avaliação dos cidadãos, conclusões de outros trabalhos (POWER, JAMISON, 2005; MCALLISTER, 1999) são reiteradas, em que pesam muito mais as percepções subjetivas dos cidadãos sobre a situação econômica do país do que os macro-indicadores normalmente utilizados para avaliar a economia⁷. Essas percepções vêm mediadas pela situação social da pessoa entrevistada, pela cobertura midiática e por outros fatores. A importância dos meios de comunicação no discurso dos latino-americanos (mas não necessariamente em seu comportamento), pode ser constatada quando, por exemplo, percebe-se que quase 90% dos cidadãos desconfia dos partidos (o que concorda com a agenda informativa), porém, 42% estão dispostos a votar neles (INFORME, 2003). Há também diferença entre percepção dos problemas (como corrupção ou violência) considerados como o maior problema do país e a ocorrência do problema em si. A Venezuela, por exemplo, era o único país onde havia

más congruencia entre la tasa de victimización y la percepción del problema. En todos los otros países donde la delincuencia es el problema principal del país, este no es el problema principal de las personas. Esto confirma [...] que el problema principal del país es una consecuencia de la agenda pública y política, mas que se la ocurrencia de los hechos. (INFORME, 2008, p.22)

O fornecimento de novos serviços públicos, por exemplo, pode fazer com que parte do orçamento de várias famílias seja desonerada e gerar a percepção de que a situação econômica do país vai melhor, ainda que os grandes indicadores econômicos não mostrem muitas alterações ou demonstrem até deteriorização. Outros trabalhos já apontaram que “la entrega de subsidios y el incremento en el gasto social aportarían positivamente a la forma en que la ciudadanía percibe a un gobierno” (CERDA, VERGARA, 2009 apud APABLAZA, JIMÉNEZ, 2009, p.7).

⁷ Em relação ao desempenho econômico, Matsusaka (2008) conclui que os eleitores incorporam informação de dois anos, portanto, não são tão imediatistas.

Tabela 2. Variáveis de níveis 1 e 2 nos modelos de aprovação presidencial na América Latina (1996-2015)

	1) Variáveis nível 1 + nível 2 econômicas				2) Variáveis de nível 1 + nível 2 institucionais				3) Variáveis de nível 1 + nível 2 política		
	Coef.	Sig.	Exp.		Coef.	Sig.	Exp.		Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,120	,415	0,887	Ordenada de origem	-1,100	,000	0,333	Ordenada de origem	-1.306	,000	0,271
País	0,093	,006		País	0,089	,006		País	0,080	,006	
Ano	0,104	,005		Ano	0,137	,005		Ano	0,134	,005	
Situação MB	1,954	,000	7,054	Situação MB	1,988	,000	7,301	Situação MB	1,991	,000	7,324
Situação B	1,885	,000	6,584	Situação B	1,898	,000	6,673	Situação B	1,916	,000	6,673
Situação M	1,139	,000	3,124	Situação M	1,150	,000	3,157	Situação M	1,161	,000	3,194
Situação R	0,382	,005	1,465	Situação R	0,382	,000	1,465	Situação R	0,395	,000	1,484
Confiança Interpessoal	0,210	,000	1,234	Confiança Interpessoal	0,219	,000	1,245	Confiança Interpessoal	0,208	,000	1,231
Superior compl.	-0,236	,000	0,790	Superior compl.	-0,226	,000	0,798	Superior compl.	-0,231	,000	0,794
Superior incompl.	-0,202	,000	0,817	Superior incompl.	-0,196	,000	0,822	Superior incompl.	-0,200	,000	0,819
Médio compl.	-0,164	,000	0,848	Médio compl.	-0,154	,000	0,858	Médio compl.	-0,160	,000	0,852
Médio incompl.	-0,133	,000	0,875	Médio incompl.	-0,125	,000	0,882	Médio incompl.	-0,132	,000	0,876
Fundamental completo	-0,058	,003	0,944	Fundamental completo	-0,063	,000	0,939	Fundamental completo	-0,054	,000	0,948
Fundamental incompl.	0,007	,704	1,007	Fundamental incompl.	0,020	,300	1,020	Fundamental incompl.	0,013	,000	1,013
61+ anos	0,214	,000	1,238	61+ anos	0,222	,000	1,249	61+ anos	0,219	,000	1,245
41 a 60	0,131	,000	1,140	41 a 60	0,136	,000	1,146	41 a 60	0,133	,000	1,142
26 a 40	0,088	,000	1,092	26 a 40	0,090	,000	1,094	26 a 40	0,089	,000	1,093
PIB Cresc	0,025	,000	1,025	Eleições	0,661	,000	1,936	Eventos políticos positivos	0,541	,000	1,717
Inflação	-0,118	,000	0,889	Referendos	-1,004	,000	0,336	Sem eventos positivos ou negativos	0,273	,000	1,314
Desemprego	-0,028	,001	0,972	Plebiscitos	0,040	,201	1,041				

	1) Variáveis nível 1 + nível 2 econômicas			Mandatários	2) Variáveis de nível 1 + nível 2 institucionais				3) Variáveis de nível 1 + nível 2 política		
Gini	-0,081	,000	0,922	Plebiscitos Facultativos	0,321	,000	1,378				
				Iniciativas Populares	-0,210	,000	0,811				

Entre as variáveis institucionais, uma das mais importantes é a ocorrência de eleições nacionais, que têm efeitos semelhantes aos esperados dos MDDs sobre a avaliação que os cidadãos fazem dos processos democráticos, das instituições e das autoridades (INFORME, 2006, 2009, 2010). Quando inserida apenas essa variável de eleições ocorridas no ano anterior à realização dos surveys, o modelo alcança 62% de eficácia e aumenta em 52% as chances de aprovação presidencial. Se ocorridas no período de apenas seis meses antes da aplicação dos questionários, a eficácia do modelo permanece a mesma; porém, o efeito lua-de-mel é identificado, já que as chances de aprovação presidencial crescem para 94%.

Se somente é inserida a variável relativa à ocorrência de MDDs no ano anterior à aplicação dos questionários, a eficácia do modelo fica em 61,1% e as chances de aprovação presidencial com a sua ocorrência aumentam 14%. Ao contrário das eleições, diminuir o período de influência das votações para seis meses melhora a eficácia do modelo (61,5%); porém, a variável perde significância estatística. Isto certamente está relacionado aos diferentes tipos de MDDs⁸. O papel do presidente tende a ser um quando ele propõe a votação e outro quando são os cidadãos/grupos de interesses, às vezes organizados pela oposição, que convocam o MDD. Da

⁸Quando eleições e MDDs entram no modelo juntamente, explicam 61,9% da variação do modelo, sendo que ocorrência de eleições aumenta 57%, ao passo que os MDDs, 12%. Restringindo o período para seis meses, a eficácia fica em 62% e eleições aumentam 95% a probabilidade de aprovação presidencial, enquanto o MDDs 17%.

mesma forma, o Chefe do Executivo tem oportunidade de se comportar de uma maneira quando o MDD tem fins propositivos e, de outra, quando tem fins revogatórios. Há diferenças, ainda, quando o MDD é requerido por lei ou não.

Ao inserir apenas a variável “tipos de MDDs”, o poder de explicação do modelo é 61,5%, a iniciativa popular não é significativa, o referendo apresenta 67% de probabilidade de diminuir a aprovação presidencial, o que faz sentido dado que a ideia é revogar uma lei recém-aprovada pelo governo no turno, ao passo que o plebiscito mandatório aumenta 19% e o facultativo, 31%⁹. Quando inserimos tipos e eleições nos modelos, a eficácia fica de 62,5% e todos os MDDs perdem a significância – porém, tudo isso sem as variáveis de nível 1¹⁰.

Quando inseridas as variáveis institucionais junto às variáveis de nível 1 (modelo 2 da **tabela 2**), a eficácia do modelo sobe para 66,4%¹¹. A ocorrência de eleições, depois da percepção da situação corrente da economia do país, é a variável que mais influencia a aprovação presidencial: eleições aumentam 94% as chances de que o presidente seja aprovado, lembrando que essas probabilidades de aprovação do chefe do Executivo são calculadas mantendo as outras variáveis constantes no valor zero – isto é, a probabilidade relativa às eleições é calculada em relação ao grupo que não teve ocorrência de eleições naquele ano, considerando pessoas que não

⁹ Considerando os surveys pelo período de até um ano após a realização dos MDDs, a eficácia alcança 61,7%, todos os tipos são estatisticamente significativos. O referendo tem sinal negativo, isto é, ele diminui em 74% as chances de aprovação presidencial. O plebiscito mandatório, cuja ingerência do Presidente é um pouco menor, aumenta em 21% as chances de aprovar o chefe máximo do Executivo. Como era de se esperar, o plebiscito facultativo aumenta 29%, mas apenas 1% do que a iniciativa popular, que tem pouca ingerência do Presidente, mas parece que mesmo essa aproxima o mandatário da população.

¹⁰ O período expandido em um ano mostra um modelo que alcança 62,6% de eficácia, as eleições aumentam em 55% as chances de aprovação presidencial, o referendo tem influência negativa (76%), juntamente com as iniciativas populares (11%), ao passo que os plebiscitos facultativos têm influência positiva, aumentando 8% e os mandatórios 1%.

¹¹ Com critério de informações de 1,193,690,907

votaram em MDDs, avaliam a situação do país como muito ruim, não têm escolaridade e pertencem ao grupo mais jovem.

Os referendos, como se contrapõem a leis aprovadas (propõem o retorno ao status quo normalmente modificado pelo próprio governo), além de frequentemente tirar do presidente seu papel de liderança ativa, têm clara influência negativa na aprovação do chefe do Executivo: diminuem em 64% a probabilidade de tal. As iniciativas populares, que apesar de proporem uma lei, retiram também parte do poder de iniciativa do chefe do Executivo, reduzem essas chances em 19%.

Os plebiscitos facultativos, aqueles propostos pelo presidente, aumentam 38% a chance de aprovação: menos do que as eleições, porém mais do que a confiança interpessoal, a escolaridade ou a idade, por exemplo. Isso apesar de três dos oito casos que possuem surveys nos seis meses seguintes terem resultados anti-hegemônicos. Quer dizer, o Executivo teve a sua posição rejeitada (QVORTRUP, 2005), demonstrando algum sucesso da estratégia de muitos presidentes de convocar MDDs com a expectativa de aumentar sua legitimidade pessoal (ALTMAN, 2010; MOREL, 2001).

Um dos casos de rejeição – o da Colômbia, em 2003 – o então recém-eleito presidente, Álvaro Uribe, embora não tenha conseguido quorum para a aprovação do plebiscito, conseguiu reunir mais votos do que em sua própria eleição (PÉCAUT, 2004). Outro caso, o do Brasil, está na mesma zona de influência do escândalo do Mensalão, quando o então presidente Lula foi acusado pela mídia de envolvimento direto no episódio de compra de votos de parlamentares (PINTO, 2013). No caso venezuelano, após a vitória das eleições de 1998, do plebiscito facultativo sobre a Assembleia Constituinte, do plebiscito obrigatório da nova Constituição e das eleições gerais em 2000, o plebiscito facultativo sindical foi a primeira

derrota do presidente Hugo Chávez, ocorrida três meses após a greve petroleira de setembro de 2000. A consulta foi, inclusive, contestada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por “haber permitido a la población em general participar en dicho referendo, es decir, incluyendo a personas distintas de los trabajadores afiliados, implicó una violación al derecho a la libertad sindical y al de los trabajadores a elegir a sus dirigentes” (LISSIDINI, 2006, p.17). A taxa de filiação sindical era de somente 14% da população economicamente ativa.

Por fim, em relação aos eventos políticos importantes encontrados em estudos de casos sobre os diferentes países da América Latina, eles foram classificados da seguinte forma: quando o presidente tem uma doença grave ou perde um familiar (como nos casos de Chávez, na Venezuela, ou de Kirchner, na Argentina), essas situações tendem a produzir empatia no eleitorado e, portanto, foram classificados como tendo efeitos positivos nos surveys realizados em até seis meses depois da divulgação dessas notícias. No caso de afastamento dos presidentes, como visto na seção anterior, a situação do chefe do Executivo quando renuncia ou é retirado do poder é geralmente bastante ruim em termos de popularidade. Dessa forma, em comparação ao período anterior, tende a ter um efeito positivo na aprovação presidencial de quem assume depois. O afastamento de três presidentes (De la Rúa, na Argentina; Fujimori, no Peru; e Mesa, na Bolívia), ocorridos até 2015, são incluídos nos modelos. Nesses casos, a queda se deu num período de seis meses antes da aplicação dos questionários; nos outros, o acontecimento já tinha ficado no passado¹². Já situações como a crise na educação e no sistema de transporte público no Chile, o apagão ou o mensalão no Brasil, foram classificados como efeito negativo quando

¹²Um deles foi o Presidente Zelaya de Honduras em 2009, porém esse país não faz parte da amostra desse trabalho. Os dados de 2016 ainda não foram disponibilizados gratuitamente, de forma que Rousseff no Brasil também ficará de fora. Os presidentes Lozada da Bolívia, Bucaram do Equador, Cubas e Lugo no Paraguai, Pérez Molina na Guatemala caíram a mais de seis meses antes dos surveys serem aplicados.

ocorridas até seis meses antes dos questionários serem aplicados.

Esse corte de seis meses utilizado em todas as variáveis apresentadas é baseado especialmente nas descobertas de Zaller (1992, p.79-80) relativas à característica fundamental das preferências políticas da população: “a tendência das pessoas a serem ambivalentes (talvez até de forma inconsciente) e lidar com essa ambivalência tomando decisões com base nas ideias que estão mais salientes”. Para os casos estudados aqui, é mais provável que os cidadãos se lembrem, ao responder às pesquisas de opinião, do processo de destituição de um presidente, das campanhas eleitorais e das ações do presidente, assim como da votação de um MDD, quando suas avaliações foram coletadas não muito tempo após a ocorrência desses fatos.

Quando a variável “eventos políticos” é colocada isoladamente para explicar a avaliação do presidente, não se mostra significativa; porém, quando adicionada às variáveis de nível 1 (modelo 3 da **tabela 2**), em relação às situações em que algum evento político ruim é registrado, a não ocorrência de evento político anormal aumenta em 31% as chances de aprovação presidencial e a ocorrência de um evento positivo amplia em 72% essas chances. A eficácia do modelo alcança 65,8%. Comparando o poder de explicação das variáveis de nível 2, as institucionais são as que alcançam o melhor desempenho.

No caso dos efeitos das campanhas ou de possível expansão dos gastos realizados no fim do governo, essa variável não se mostrou significativa quando colocada sozinha no modelo, tampouco quando colocada junto aos eventos políticos e variáveis de nível 1, reforçando achados de estudos anteriores de que tal efeito “nostalgia” não é uma regra.

O modelo final, demonstrado na **tabela 3** – que considera as variáveis de nível 1 (porém as omite, porque possuem resultados muito

semelhantes aos da Tabela 1), e as variáveis de nível 2 econômicas, institucionais e políticas simultaneamente – aponta que, entre as variáveis “macro”, as variáveis institucionais e políticas são mais importantes para explicar a aprovação presidencial. Eleições, eventos políticos positivos e plebiscitos facultativos afetam a avaliação do Chefe do Executivo positivamente, ao passo que referendos e iniciativas populares, negativamente. Esse modelo alcança 66,6% de eficácia.

Tabela 3. Variáveis do nível 1 e 2 nos modelos de aprovação presidencial na América Latina (1996-2015)

	Variáveis de nível 1 + nível 2 (econômicas, institucionais e políticas)		
	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,872	,000	0,418
País	0,104	,006	
Ano	0,113	,005	
Eleições	0.636	,000	1.889
Referendos	-1.174	,000	0.309
Plebiscitos Mandatórios	0.016	,610	1.016
Plebiscitos Facultativos	0.279	,000	1.322
Iniciativas Populares	-0.188	,000	0.828
Eventos Políticos Positivos	0.637	,000	1.891
Sem eventos positivos ou negativos	0.186	,000	1.204
Crescimento do PIB	0.020	,000	1.020
Inflação	-0.008	,000	0.991
Desemprego	0.000	,901	1.000
Gini	-0.008	,000	0.992

Considerações finais

Vários estudos de casos específicos de aprovação presidencial foram realizados sobre países latino-americanos, alguns deles mencionados neste artigo. Porém, no que diz respeito a estudos comparativos, apenas um foi encontrado – e ainda assim não tratou de um período muito extenso. A literatura aponta que o tamanho das séries faz com que variáveis

econômicas tenham desempenhos diferentes. No entanto, quando as séries são maiores, costumam apresentar resultados mais estáveis.

Para lidar com as diferenças entre os países e o contexto de cada ano, assim como com o fato da série anual de 1996 a 2015 não ser longa o suficiente para a utilização de análise seriada, modelos multiníveis foram utilizados e apontaram uma diferença de 3% em relação aos 16 países estudados, e de 6% em relação ao contexto dos 17 anos analisados.

Entre os resultados mais significativos está a importância predominante da percepção sobre a situação corrente da economia do país, o que vai ao encontro da tendência a incluir medidas subjetivas da situação econômica para a explicação da aprovação presidencial. Essa variável é mais importante do que aquela que diz respeito à situação econômica pessoal do entrevistado, mostrando que o cidadão latino-americano não faz suas avaliações considerando apenas a si próprio. Com menor intensidade, a confiança interpessoal aumenta a probabilidade de aprovação presidencial assim com as faixas etárias maiores, ao contrário da escolaridade: mais estudo diminui as chances de o Chefe do Executivo ser bem avaliado.

Quando as variáveis de nível macro (econômicas, institucionais e políticas) são inseridas separadamente nos modelos com as variáveis “micro” recém-mencionadas, são as institucionais as que tornam a eficácia do modelo melhor. No caso das eleições, o efeito lua-de-mel é constatado, ao contrário do efeito nostalgia, e a ocorrência de eleições é a segunda variável que mais afeta a probabilidade de aprovação presidencial (depois da percepção dos cidadãos em relação à economia nacional). Próxima a ela, há a influência negativa dos referendos, que são propostos pelos cidadãos para revogar leis recém-aprovadas, e a influência positiva de eventos políticos que criem ondas de empatia em função da situação de saúde do presidente ou da perda de algum familiar e de destituição de presidentes que, em geral,

se encontraram com baixa popularidade, enfrentando momentos de grande mobilização popular. Esses eventos contrastam com aqueles que dizem respeito a escândalos políticos e políticas malsucedidas.

Assim, numa região em que vários presidentes não conseguem terminar o mandato e que crises econômicas normalmente afetam as maiorias mais vulneráveis de suas populações, é importante que se saiba que outras variáveis afetam a sua popularidade. Em alguns momentos, propor aos cidadãos alternativas para o país que sejam discutidas e votadas diretamente por eles pode ajudar na avaliação do Chefe do Executivo. Os índices de aprovação costumam, inclusive, servir como fator que influencia as relações entre o presidente e o Legislativo. Por outro lado, se um grupo de cidadãos toma a iniciativa de propor leis a serem votadas por todos, é provavelmente porque o Chefe do Executivo se afastou demais da preferência média do eleitorado. Essa movimentação pode servir de alerta e aqui se encontra o poder de haver previsão de mecanismos de democracia direta (MDDs) mesmo quando eles não são usados.

Ainda que muitos outros eventos ainda não constatados precisem entrar nos modelos, esses resultados já mostram a impossibilidade de se ignorar eventos políticos extraordinários quando se tenta explicar as avaliações dos chefes do Executivo. Essas constatações apontam para a necessidade de integração de pesquisa quantitativa e qualitativa para explicar aspectos tão complexos das democracias, como a aprovação presidencial.

Se houvesse disponibilidade da avaliação dos cidadãos sobre as políticas públicas, estas teriam impacto na aprovação do presidente. Booth e Seligson (2009), trabalhando com oito países da América Latina, encontraram resultados positivos ao incluir segurança e corrupção na dimensão de avaliação das autoridades democráticas. Da mesma forma, a

inclusão da variável sobre quem votou no presidente eleito talvez aumentasse a precisão dos modelos. Esses aspectos merecem ser mais estudados em uma perspectiva comparada, especialmente que combine dados quantitativos e qualitativos.

Bibliografia

ALTMAN, David. *Direct democracy worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

APABLAZA, Carolina; JIMÉNEZ, Francisco. Factores Explicativos de la Aprobación Presidencial. *Serie Informe Sociedad y Política*. n.14. Dez. 2009.

ARCE, Moisés. Political Violence and Presidential Approval in Peru. *The Journal of Politic*. Vol. 65. n.2, 2002, p. 572-583.

ARCE, Moisés; CARRIÓN, Julio. Presidential Support in a Context of Crisis and Recovery in Peru, 1985-2008. *Journal of Politics in Latin America*, v. 2, n. 1, p. 31-51, 2010.

BERLEMANN, Michael; ENKELMANN, Soeren. The Economic Determinants of U.S. Presidential Approval - A Survey. Working Paper Series in Economics 272, University of Luneburg, Institute of Economics, 2012.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Michell A. *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations*. New York: Cambridge University Press, 2009.

BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai. "Hybrid Democracy" and Its Consequences. In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai (eds.). *Direct democracy's impact on American political institutions*. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

BUENDÍA, Jorge. Economic reform, public opinion, and presidential approval in Mexico, 1988-1993. *Comparative Political Studies*, v. 29, n. 5, p. 566-591, 1996.

C2D. *Center for Research on Direct Democracy*. Database. Disponível em: <<http://www.c2d.ch>>. Acesso em: 29 maio 2017.

CARLIN, Ryan; HUNT, Katherine H. Peasants, Bankers, or Piggbankers? The economy and presidential popularity in Uruguay. *Política*. Revista de Ciencia Política. vol. 53, n.1, 2015. p. 73-93.

CATTERBERG, Gabriela; PALANZA, Valeria. Argentina: Dispersión de la oposición y el auge de Cristina Fernández de Kirchner. *Revista de Ciencia Política*, vol. 32, n.1, 2012. p. 3-30.

COHEN, Jeffrey. Economic Perceptions and Executive Approval in Comparative Perspective. *Political Behavior*, Vol. 26, n.1, 2004, p. 27-43.

GRAMACHO, Wladimir. Ciclos de información y funciones de popularidad: El período Cardoso en Brasil (1995-2002). *Desarrollo Económico*, vol. 45, n.177, 2005, p. 99-121.

INFORME Latinobarometro 1995-2016. Disponível em:

<<http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp>>.
Acesso em: 29 maio 2017.

JOFRÉ, Hugo; NAVIA, Patricio. Densidad de militancia partidaria, aprobación presidencial y el desempeño electoral de la derecha em Chile (2010-2014). *Estudios Públicos*, 145 (verano 2017), p.37-72

LEBO, Matthew; CASSINO, Daniel. "The Aggregated Consequences of Motivated Reasoning and the Dynamics of Partisan Presidential Approval". *Political Psychology*, vol. 28, n. 6, 2007, p.719-746.

LISSIDINI, Alicia. *La democracia directa en Venezuela: ¿participativa o plebiscitaria?* Centro de Investigación sobre Democracia Directa (C2D). 2006. Disponível em: <www.dd-la.ch/download/Case14_Venezuela.pdf>. Acesso em: 02 out. 2009.

MATSUSAKA, John. Direct Democracy and the Executive Branch. In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai. *Direct democracy's impact on American political institutions*. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

MCALLISTER, Ian. The Economic performance of governments. In: PIPPA, Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, p. 188-203. New York: Oxford University Press, 1999.

MOREL, Laurence. The rise of government-initiated referendums in consolidated democracies. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. *Referendum democracy*. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

PÉCAUT, Daniel. Tradición liberal, autoridad y autoritarismo. *Política*. n.42. Universidade de Chile, Santiago, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=64504205>>. Acesso em: 31 out. 2009.

PÉREZ LIÑAN, Anibal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PINTO, André Jácomo de Paula. Os enigmas da popularidade presidencial no Brasil: economia ou política? Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. UNB, 2013.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle. Political Mistrust in Latin America. In: *Political Mistrust and the Discrediting of Politicians International Studies in Sociology and Social Anthropology*. v.96, Leiden; Boston: Brill, 2005.

QVORTRUP, Matt. *A comparative study of referendums: government by the people*. 2 ed. Manchester University Press/ University of British Columbia Press, 2005.

RAMÍREZ, Jorge; VARAS, Pablo. Aprobación presidencial en Chile 2000-2012: Sus determinantes y su efecto en la toma de decisiones. *Política*, vol. 51, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 85-117.

VREESE, Claes Holger; SEMETKO, Holli A. *Political Campaigning in Referendums: framing the referendum issue*. London: Routledge, 2004.

ZOVATTO, Daniel. Instituciones de democracia directa en América Latina. In: J. PAYNE, Mark; ZOVATTO, Daniel G.; DÍAZ, Mercedes Mateo. *La política importa: Democracia y desarrollo en América Latina*. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank; International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2006.